



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 169

PORTO VELHO-RO, SEGUNDA-FEIRA, 4 DE NOVEMBRO DE 2013

ANO II

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	2567
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	2571

TAQUIGRAFIA

ATA DA 51ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

Em 22 de outubro de 2013

Presidência dos Srs.

MAURÃO DE CARVALHO - 1º Vice-Presidente

HERMÍNIO COELHO - Presidente

LEBRÃO - 1º Secretário

SAULO MOREIRA - Deputado

KAKÁ MENDONÇA - Deputado

Secretariados pelos Srs.

LEBRÃO - 1º Secretário

JAQUES TESTONI - Deputado

(Às 15 horas e 15 minutos é aberta a Sessão.)

PARLAMENTARES PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Ana da 8 (PT do B), Cláudio Carvalho (PT), Edson Martins (PMDB), Edvaldo Soares (PMDB), Euclides Maciel (PSDB), Hermínio Coelho (PSD), Jaques Testoni (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Kaká Mendonça (PTB), Lebrão (PTN), Luiz Cláudio (PTN), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PP), Neodi (PSDC), Ribamar Araujo (PT), Saulo Moreira (PDT), Valdivino Tucura (PRP) e Zequinha Araujo (PMDB).

MESA DIRETORA

Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Vice-Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**

2º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**

2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**

3º Secretário: **MARCELINO TENÓRIO**

4º Secretário: **VALDIVINO TUCURA**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**

Chefe da Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

PARLAMENTARES AUSENTES: Adriano Boiadeiro (PRP), Epifânia Barbosa (PT), Flávio Lemos (PR) e Glaucione (PSDC).

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 51ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 8ª Legislatura.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo observação, dou-a por aprovada. Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura do expediente recebido.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede à leitura do expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Mensagem nº 270/2013 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Acrescenta dispositivos à Lei nº 2.961, de 28 de dezembro de 2012”.

02 – Mensagem nº 271/2013 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei Complementar que “Altera e modifica dispositivo da Lei Complementar nº 68, de 09 de dezembro de 1992”.

03 – Mensagem nº 272/2013 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a conceder incentivo fiscal através de crédito outorgado de ICMS vinculado à instalação de Estação Rádio-Base (ERB) de suporte ao Serviço Móvel Pessoal (SMP) e dá outras providências”.

04 – Mensagem nº 273/2013 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei Complementar que “Revoga o

inciso I do artigo 6º da Lei Complementar nº 218, de 19 de novembro de 1999”.

05 – Mensagem nº 274/2013 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei Complementar que “Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 68, de 09 de dezembro de 1992”.

06 – Mensagem nº 275/2013 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Revoga dispositivo da Lei Complementar nº 714, de 17 de maio de 2013, que ‘Institui a Política Estadual de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo – POLECOOP e revoga a Lei nº 1.462, de 2005’”.

07 – Mensagem nº 276/2013 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Torna sem efeito todos os atos sindicâncias e processos administrativos no âmbito da Polícia Militar e Bombeiro Militar do Estado de Rondônia ou iniciativas que tenham gerado ou que possam gerar punição a Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado de Rondônia em razão de participação em movimentos reivindicatórios e/ou de manifestações de pensamento”.

08 – Mensagem nº 277/2013 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Altera e acrescenta dispositivos da Lei nº 3.177, de 11 de setembro de 2013”.

09 – Ofício nº 051/2013 – Tribunal de Justiça, encaminhando Projeto de Lei Complementar que “Estabelece regulamento próprio para concessão e controle de férias dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, observadas as disposições do artigo 98, c/c os artigos 110 a 115, todos da Lei Complementar nº 68/1992”.

10 – Ofício nº 1554/2013 – SEPLAN, encaminhando respostas de Requerimento nº 439/2013, de autoria do Deputado Hermínio Coelho.

11 – Ofício nº 1916/2013 – SEFIN, informando do não comparecimento do Sr. Gilvan Ramos de Almeida, Secretário da SEFIN, no dia 22 de outubro na Assembleia Legislativa.

12 – Ofício nº 1740/2013 – DETRAN, informando a celebração de Convênio nº 03/2012, celebrado com a Prefeitura de Cacoal.

13 – Ofício nº 4065/2013 – Ministério Público Federal, solicitando informação da audiência pública para prestação de contas da gestão do SUS, com antecedência mínima de 1 mês.

14 – Ofício nº 194/2013 – CONEDCA, solicitando cópia da gravação da 1ª Audiência Pública sobre Redução da Maioridade Penal.

15 – Ofício nº 303/2013 – OAB, parabenizando pela propositura do Projeto de Lei Complementar nº 148/2013, que deu nova redação a dispositivos e acrescentou inciso ao artigo 97 da Lei Complementar nº 76 de 27 de abril de 1993.

16 – Ofício nº 256/2013 – Tribunal de Contas, encaminhando Certidões Negativas de Débitos do Tribunal de Contas dos

servidores Joanilce da Silva Bandeira de Oliveira e Mateus Santos Costa.

17 – Ofício nº 1734/2013 – DETRAN, informando a celebração de Convênio 02/2012, celebrado com a Prefeitura de Ji-Paraná.

18 – Ofício nº 214/2013 – Tribunal Regional Eleitoral, encaminhando cópia do Ofício nº 4.368 GAB-DG do Tribunal Superior Eleitoral, que trata do Acórdão proferido nos autos do Processo Administrativo nº 27-45.2012.6.22.0000.

19 – Ofício nº 083/2013 – Tribunal Regional Eleitoral, encaminhando cópia do acórdão que nega a homologação do resultado de consulta plebiscitária realizada pelo TER/RO, referente a desmembramento de área do Município de Nova Brasilândia e Castanheira.

20 – Ofício nº 1614/2013 – Tribunal de Contas, comunicando que apreciou o Processo nº 1984/2013 e proferiu Parecer Prévio favorável à aprovação com ressalvas sob o nº 13/2013-PLENO e a Decisão nº 196/2013-PLENO, que trata da prestação de contas do Estado referente ao exercício de 2010.

21 – Ofício nº 1568/2013 – COTEL, encaminhando resposta de Indicação Parlamentar nº 1923/2013 de autoria do Deputado Zequinha Araújo.

22 – Ofício nº 1589/2013 – COTEL, encaminhando resposta de Indicação Parlamentar nº 1967/2013 de autoria do Deputado Maurão de Carvalho.

23 – Requerimento do Senhor Deputado Cláudio Carvalho, justificando sua ausência na sessão do dia 16 de outubro de 2013.

24 – Requerimento do Senhor Deputado Luiz Cláudio, justificando sua ausência na sessão do dia 16 de outubro de 2013.

25 – Requerimentos do Senhor Deputado Saulo Moreira, justificando sua ausência nas sessões dos dias 15 e 16 de outubro de 2013.

Lido o expediente, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Convidamos os colegas Deputados do país vizinho, Bolívia. Eu gostaria que o Deputado Lebrão nominasse os Deputados e fizesse o convite aqui pela Secretaria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Convido aqui todos os nossos amigos parceiros de Parlamento do Estado vizinho do Beni para que ocupem assento aqui na Assembleia Legislativa, e neste momento peço licença ao senhor Presidente para que eu possa conduzi-los até o Plenário.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está autorizado. Convido aqui o Presidente da Assembleia do país vizinho para sentar-se à Mesa.

Passaremos às Breves Comunicações. Com a palavra, no prazo de cinco minutos, sem apartes, o Deputado Lebrão.

O SR. LEBRÃO – Senhor Presidente, senhores Deputados, em especial quero saudar o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Beni, meu amigo particular Alex Abidar, cumprimentar a todos aos nossos servidores, todos aqueles que marcam presença neste momento aqui na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. E dizer, Deputado, que é uma honra muito grande recebermos hoje aqui no nosso município de Porto Velho, Capital do nosso Estado de Rondônia, quase que 100%, Deputado Neodi, da Bancada do Estado do Beni, para nós é um momento especial, é um momento que marca, um novo marco, sem dúvida nenhuma, na história do Estado do Beni e também no Estado de Rondônia. E eu gostaria aqui de agradecer a Deputada Bertha Norah Lens, Carlos Ernesto Ribera, Enrique Cuellar, Lourdes Leigue Rosa, Heriberto Cazorla Martinez.

O SR. NEODI – Uma Questão de Ordem, Deputado?

O SR. LEBRÃO – Pois não, Deputado.

O SR. NEODI – O pessoal que está aqui são Deputados, seria importante que ao pronunciar os nomes alguns pudessem se identificar para que a gente pudesse conhecê-los, que é uma honra tê-los aqui e poder identificar cada um deles.

O SR. LEBRÃO – Eu gostaria que na hora que a gente estivesse chamando pelo nome que Suas Excelências levantassem e aí se identificassem. Quero registrar primeiramente a presença do nosso Presidente Alex Abidar, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Beni; Bertha Norah Lens, satisfação; Carlos Ernesto Navia Ribera, ambientalista, defensor do Meio Ambiente Boliviano, parabéns; Enrique Rousseau Cuellar, agradeço a sua presença; Lourdes Leigue Rosa; Heriberto Cazorla Martinez, não compareceu; Hilda Luisa Rea Galloso, obrigado pela presença; Hugo Vargas, meu amigo particular, ex-prefeito na cidade de São Joaquim, vizinha lá de Costa Marques, é uma honra tê-lo conosco; Jesus Robert Ojopi, Cidade do Ouro, vizinhando com Pimenteiras, seja bem-vindo; Jhonny Montero Alvarez, obrigado pela presença; José Maria Salvatierra Ribera, muito obrigado; Karina Fabiola Leiva Añez, obrigado pela presença; Luis Kenzo Takusi Manzaneda, obrigado pela presença; Maria Tereza Limpas Chávez; Mariano Moy Tamo, representante da Comunidade Indígena da Bolívia, do Estado do Beni; Myrna Arana Pardo, obrigado pela presença; Omar Ruiz Vargas, Oscar Nacif Saavedra, Palmiro Charria Fernandez, René Fernadno Melgar Zabala, Roger Duran Gallozo, Rosa Mayra Guacama Pierola, Sixto Roberto Roca Yanez, obrigado, ex-presidente da Assembleia Legislativa que já esteve conosco também no município de Costa Marques; Luiz Fernando Pereira Rea, Sonia Elizabeth Suarez Arauz, Valentina Moye Vilche, e do apoio técnico Dikson Moreno Villarroel, Ivonne Rivero Villar, Ricardo Arteaga Rivero, Yanoni Arias Rossell e Ruben Languidey Marpartida.

Quero dizer que, sem dúvidas nenhuma, Deputado Neodi, esse é um momento especial, um momento que nós estamos esperando há muito tempo que acontecesse no Estado de Rondônia, que é a integração entre o Estado de Rondônia e o

Estado do Beni, na interligação da BR-429 com a Estrada Central Boliviana que nos liga através do município de Costa Marques e o Município de São Joaquim, partindo para São Ramon e para Trinidad e nos aproximando muito mais perto do Oceano Pacífico através do eixo central do Estado de Rondônia. E para nós, sem dúvida nenhuma, é uma honra muito grande hoje receber todo Parlamento do Estado do Beni, vinte e cinco Deputados, aqui em Rondônia, que muito nos deixa orgulhosos com a presença de vocês. É um momento especial em que nós votaremos também na Assembleia Legislativa a aprovação da frente parlamentar do Projeto de estreitamento político entre o Estado de Rondônia e o Estado do Beni, Deputado Zequinha Araújo.

Então, são algumas realizações de audiências públicas que tivemos entre os dois Estados, entre os dois países e que agora, Presidente Maurão, nós estamos finalizando esse processo com a parceria do Governo do Estado, o Governador Confúcio Moura, que tem sido parceiro, também com apoio de todos os Deputados Estaduais que compõem o Parlamento do Estado de Rondônia, sem dúvida nenhuma é um projeto que nós já iniciamos no governo passado, inclusive do PMDB, e que agora com a força do Estado, com a força da Assembleia Legislativa de Rondônia, com a força dos parlamentares benianos, sem dúvida nenhuma estamos muito próximos de realizar este sonho, um sonho do povo boliviano, um sonho do povo brasileiro, um sonho do povo do Estado de Rondônia, que a aproximação é o intercâmbio que se inicia através dos dois Estados, um intercâmbio turístico, intercâmbio cultural, já que nós temos na Bolívia a capital Sul-Americana intelectual Santa Cruz de La Sierra que hoje abriga mais de quinze mil estudantes do Brasil que fazem medicina na Bolívia.

Então, para nós é uma satisfação muito grande de trabalhar juntamente com todos os políticos, inclusive com o apoio total do Presidente Hermínio Coelho, para que a gente possa no próximo dia 18, Presidente Alex, assinar esse acordo entre os dois Estados lá na cidade do Beni, participando dos 171 anos de emancipação política do Estado do Beni na capital Trinidad. E aqui eu gostaria de convidar todos os Deputados que compõem o Parlamento do Estado de Rondônia para que fizessem parte dessa caravana, Deputado Ribamar, para devolver todo esse apoio que nós temos da comunidade beniana em nosso Estado e para a gente poder fortalecer esse acordo, para que a gente possa realmente fazer com que esse projeto aconteça de uma vez por todas. Só para vocês terem uma ideia, a viabilização econômica, Deputado Neodi, Vossa Excelência que é produtor de grãos aqui do Estado de Rondônia, nós temos uma economia de mais de mil quilômetros na diferença que se faz através da rodovia que foi implantada no Estado do Acre, saindo ali de Assis Brasil, Maldonado, chegando aos portos do Peru. Nós economizaremos essa quilometragem, nós aproximaremos muito mais do continente asiático através dos portos do Chile, principalmente o Porto de Arica, que sem duvida nenhuma será a finalização desse processo, desse projeto que é de muita importância para o Estado de Rondônia. É de muita importância para o eixo do Estado de Rondônia e para o Norte do Mato Grosso.

Passo por, Questão de Ordem, a palavra para Sua Excelência o Deputado Neodi.

(Às 15 horas e 41 minutos o senhor Maurão de Carvalho passa a presidência ao senhor Hermínio Coelho)

O SR. NEODI – Obrigado, Deputado Lebrão. Quero cumprimentar Vossa Excelência pela iniciativa de trazer nossos irmãos aqui da Bolívia e que hoje nos fazem essa visita, que nos honram muito com as presenças de cada um de vocês e sabemos da importância que tem essa integração do Brasil-Bolívia em todos os aspectos; os aspectos econômicos têm um sentido elevadíssimo, no aspecto cultural também, e tudo isso, esse intercâmbio, Deputado Lebrão, ele realmente fortalece nós, brasileiros, e também nossos irmãos bolivianos. Quero parabenizar cada um dos nossos colegas Deputados que saíram lá do seu Estado, lá da Bolívia, e que hoje estão aqui no Brasil, aqui em Rondônia fazendo essa visita para nós, Deputado Ribamar, não tenha dúvida, Deputado Lebrão, que essa integração e principalmente essa rodovia que nos liga ao Pacífico aqui passando pela Bolívia com certeza trará muitos frutos para o nosso Brasil, também para a Bolívia.

E por isso que nós queremos agradecer a presença de cada um, se sintam em casa, como se estivessem passando nas nossas casas, como se estivessem na Assembleia Legislativa lá do Estado de Vossas Excelências. E com certeza, Deputado Lebrão, nós precisamos retribuir essa cortesia, essa visita que nos fizeram aqui também lá na Bolívia. Obrigado, pela Questão de Ordem.

O SR. LEBRÃO – Agradeço aqui o pronunciamento do Deputado Neodi e também quero estender um convite além dos nossos Deputados, além do apoio que teremos da Assembleia Legislativa, aos empresários do Estado de Rondônia para que conheçam o potencial boliviano, aqueles que são pecuaristas para que tenham a oportunidade de saber que nós temos novas alternativas, Deputado Maurão, Vossa Excelência que é pecuarista, hoje o sal que nós consumimos vem de Mossoró, uma distância, Deputado Hermínio Coelho, de mais de cinco mil quilômetros, nós temos a maior jazida de sal do mundo na Bolívia a menos de mil quilômetros do município de Costa Marques e a pouco mais de mil quilômetros do município de Guajará-Mirim. Portanto, a viabilidade é muito grande, nós temos investimento brasileiro na estrada que nos liga, saindo de Guayará - Riberalta que também tem financiamento do BNDES e que é uma integração que nós teremos também alternativa com a Bolívia. Para nós é muito importante que nós tenhamos aí a oportunidade de conhecer o potencial turístico que nós temos hoje no Estado do Beni, Deputado Neodi, os lagos mais lindos do mundo estão na região de San Martín, terra do meu amigo Hugo, da mesma forma Trinidad nos aproximando também ali de San Ramon. Então terão ali um avanço muito grande na parte turística e nós teremos, sem dúvida nenhuma, também a oportunidade de poder equilibrar a nossa balança comercial com a Bolívia, já que a Bolívia é o último país sul-americano que ingressa no MERCOSUL e que tem, Deputado Alex, saldo positivo na balança comercial brasileira de mais de dois bilhões de dólares, e para nós, nós temos que competir, temos que participar desse câmbio comercial que é muito importante para os dois países e principalmente para o Estado de Rondônia e para o Departamento do Beni, para o desenvolvimento do Beni, e para desenvolvimento de Rondônia. E só cabe a, nós políticos,

somente hoje a força tanto do Legislativo como do Executivo fazer com que esse projeto aconteça o mais breve possível com o apoio do Governador Carmelo Lens, da mesma forma do Governador Confúcio Moura, além da presidência aqui do Deputado Hermínio Coelho, que sem dúvida nenhuma é muito importante para os dois Estados.

Então, fica aqui o nosso respeito. Vocês igualmente engrandecem muito esta Sessão de hoje e, não tenho dúvida, vocês hoje que ocupam assento como Deputados benianos que são da primeira Legislatura deixaram o nome de cada um de vocês escrito na história do seu país, na história do Estado do Beni, e para nós é uma honra muito grande participar de sua história. Então, sejam todos bem-vindos, sintam-se em casa, aqui é a casa de vocês. Muito obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Deputado Lebrão, eu ainda queria aqui cumprimentá-lo antes de sair da tribuna, mas eu quero aqui cumprimentá-lo, parabenizá-lo pelo convite aos colegas Deputados do país vizinho, bem-vindo a esta Casa, para nós é uma alegria recebê-los em nosso Estado, em nosso país.

E eu quero aqui parabenizar o Deputado Lebrão pelo trabalho que ele já vem há alguns meses trabalhando, conhecendo o Estado vizinho, sabendo da importância dessa estrada aí do Pacífico. Portanto, Deputado Lebrão, eu só tenho que parabenizar Vossa Excelência e todos os Deputados, os 25 Deputados que vieram visitar a Assembleia Legislativa e que com certeza têm o apoio aqui dos 24 Deputados, a Bolívia com os 28 Deputados, que têm aqui apoio dos 24 Deputados do Estado de Rondônia no projeto tão importante e que é bastante discutido e debatido aqui pelo colega Deputado Lebrão.

Eu falava agora há pouco, Presidente Kaká, que o Deputado Lebrão, não sei não, eu acho que ele está preparando um outro terreno do outro lado, eu falei que os Deputados bolivianos são um pouco mais morenos e se aceitam, Presidente, Deputado meio alemão lá que nem o Deputado Lebrão, porque Lebrão hoje conhece e está fazendo esse trabalho do outro lado e portanto eu falo, se cuida porque daqui a pouco arruma uma vaga de Deputado estadual do outro lado.

Portanto, é uma brincadeira, mas eu só tenho aqui, Deputado Lebrão, que parabenizar e ver com muita alegria esse projeto que é de grande importância para Rondônia e Vossa Excelência que tem procurado fazer essa ligação com a Bolívia e trazer hoje aqui uma coisa inédita, 25 Deputados para estarem discutindo com o Governo do Estado. Sei que vocês estão aí desde ontem e hoje estão aqui pela Assembleia, agora, nesta Sessão, debatendo o importante projeto, que é a estrada do Pacífico e com certeza o Estado da Bolívia, um Estado que acolhe muito bem o nosso povo brasileiro, que hoje são tantos e tantos alunos que nós temos estudando nas faculdades bolivianas. Portanto, nós temos por obrigação de dar o máximo de nós, desta Casa, para somar nesta parceria que é bom para a Bolívia e também para Rondônia.

Então, parabéns ao Deputado Lebrão, parabéns à Assembleia, aos colegas Deputados vizinhos que estão hoje nesta Sessão.

O SR. LEBRÃO - Só quebra de protocolo, Questão de Ordem, eu vou passar aí a palavra para que o Deputado Edson Martins possa fazer uso da palavra.

O SR. EDSON MARTINS – Só gostaria de cumprimentar nosso Presidente Hermínio, nossos Deputados e de uma forma muito especial os nossos colegas Deputados, em nome do Presidente Alex, todos os Deputados do Estado vizinho, dizer da alegria em recebê-los aqui nessa visita ao Estado de Rondônia e também o meu reconhecimento ao Deputado Lebrão pelo trabalho, já há alguns meses que o Deputado Lebrão tem trabalhado sempre na questão dessas audiências públicas, convidando, e isso é muito importante, Deputado, a questão da economia desses dois Estados, o Estado de Rondônia com certeza com esse intercâmbio vai se fortalecer não só na área turística, mas também na economia do setor produtivo, na agricultura, com certeza é de muita importância. Então, quero deixar ao Deputado Lebrão, por esse trabalho que tem feito, e mais uma vez a satisfação de estar recebendo aqui os meus colegas Deputados do Estado vizinho do Beni. Muito obrigado.

O SR. LEBRÃO – Quero agradecer a todos os Deputados que participaram deste pronunciamento e vamos torcer para que seja concluído o mais rápido possível esse projeto. Muito obrigado.

Com a palavra Deputado Zequinha Araújo.

O SR. ZEQUINHA ARAÚJO - Senhor Presidente brasileiro Hermínio Coelho, Presidente boliviano Alex, em nome dele cumprimento os nossos companheiros da Bolívia, parabéns. Se não fosse a vontade expressiva de cada um, vocês não estariam aqui; se não fosse através de um amigo nosso chamado Deputado Lebrão, que também se esforçou o máximo, fazendo inclusive audiências públicas e outras demonstrações claras de que precisava que estivessemos fazendo esse intercâmbio, também vocês não estariam aqui. Então, parabéns, Deputado Lebrão, pela sua interferência e quero dizer para vocês da importância também, eu acho que isso aqui é o marco. E antes de começar toda a minha fala, eu gostaria também de apresentar nossos colegas, vocês também não conhecem todos. Nós temos aqui os Deputados: Deputado Jaques Testoni, Deputado Ribamar Araújo, Deputado Saulo Moreira, da região de Ariquemes, Deputado Neodi Carlos, nós temos ali o Deputado de Ji-Paraná, o Deputado Edvaldo Soares, Deputado Cláudio Carvalho, outro companheiro nosso de Ariquemes Deputado Adelino Follador, o nosso Presidente, que é o Deputado Hermínio Coelho, o Deputado Lebrão e o Deputado Kaká Mendonça. Então, são estes companheiros que estão aqui presentes para que vocês possam conhecer.

Quero dizer da importância deste momento, eu acho que quando se tem essa integração cresce a possibilidade de termos uma união cada vez maior e fortalecimento das nossas raízes, seja da Bolívia, seja do Brasil, esse intercâmbio que nós temos faz com que possamos demonstrar claramente que queremos o melhor para o nosso povo, nós não queremos apenas o melhor para nós, nós queremos para o nosso povo. Vocês são representantes da Bolívia, nós somos representantes do Brasil, amanhã nós estaremos também na Bolívia. Para quê? Para que daqui nasça o fruto necessário do futuro dos nossos países.

Então, eu vejo com muita satisfação e até com muito orgulho de sermos os Deputados de Rondônia recebendo também os Deputados da Bolívia e vice-versa. Por quê? Porque tanto na economia, como foi falado, como também no aspecto social, no aspecto cultural, enfim, em todos os aspectos são importantes para nós, para que nós possamos demonstrar o

carinho que nós temos pelo nosso país vizinho, a Bolívia, e o carinho é recíproco, a gente sabe que isso é verdadeiro e com certeza no decorrer do dia a dia, a partir de agora, certamente vai ser muito mais preciso entre nós. Isso serve não somente para este momento, mas serve para o momento futuro onde podemos ter uma economia cada vez mais forte e com isso termos melhores condições de vida para a nossa população.

Senhor Presidente, outro assunto que eu queria falar e debater é com relação ao projeto que é desta Assembleia, é o projeto novembro azul, que é o projeto que traz, senhor Presidente, Presidente Hermínio, dizer para o senhor que nós estamos falando do projeto chamado novembro azul, que eu gostaria que V.Ex^a tivesse, é claro que o projeto inclusive foi promulgado por V.Ex^a, é um projeto que cuida, que desperta a necessidade de termos aí a prevenção contra o câncer de próstata, é interessantíssimo, mas é da Assembleia Legislativa, que fosse para os meios de comunicação mostrando que a Assembleia está preocupada com essa questão.

Outra situação, obrigado, senhor Presidente, outra para finalizar, é que nós estamos ali com o pessoal da APAE. A APAE faz hoje um trabalho aqui em Porto Velho um pouco embrionário. Por quê? Porque não teve tanta ajuda, tanto apoio, e hoje eles buscam esse apoio e com certeza espero que V.Ex^a, senhor Presidente, dê um espaço de pelo menos 10 minutos para conversar com eles. Elas pediram para que cedesse esse espaço com os Deputados, eu estou pedindo verbalmente aqui para que o senhor possa conceder esse pequeno espaço de 5, 10 minutos aqui na nossa sala atrás para que elas pudessem explicar como está funcionando a APAE, o quê que pode ser útil neste momento, se possível eu agradeço. E isso que nós temos que falar, agradecer também os companheiros da Igreja Adventista do 7º dia que estão ali, que também precisam falar com V.Ex^a, mas tem outros companheiros, prefeitos que estão aqui presentes, um grande abraço, e aos companheiros nossos da Bolívia, um grande abraço, que realmente nós possamos construir a cada dia uma Bolívia cada vez melhor, um Brasil sempre unido e forte para melhorar a qualidade de vida do nosso povo. Um grande abraço. Obrigado.

(Ainda nas Breves Comunicações o senhor Presidente concede a palavra aos deputados da Assembleia Legislativa do Departamento do (Estado) Beni)

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Concedo a palavra ao Deputado Sixto Roberto Roca.

O SR. SIXTO ROBERTO ROCA – Boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia, Deputado Hermínio. Eu gosto de estar aqui com vocês, Deputado Lebrão, senhores Deputados do Estado de Rondônia, eu sou Sixto Roberto Roca Yanez, sou Presidente da Bancada de meu Partido no Beni, no qual somos onze lá no Beni e aqui neste momento somos 10 em representação em Porto Velho.

Representando todos eles, quero agradecer, primeiramente ao Governador, ao Presidente aqui da Assembleia e ao Deputado Lebrão por ter nos recebido com braços abertos e iguais a todos vocês, neste momento. Nossa presença nesta cidade é para poder ver o projeto da estrada BR-429 e que possamos ser 100% e unidos com a estrada Santa Cruz, Trinidad, La Paz e Pacífico, a qual já estivemos várias vezes em Costa Marques e neste momento estamos

aqui na capital e Rondônia, Porto Velho, e fazemos o compromisso de continuar trabalhando para que seja definitivo.

Em relação ao Presidente da Assembleia e ao Projeto das Hidrelétricas, é uma de nossas preocupações porque não tínhamos informações fidedignas em relação às Hidrelétricas, e existiam mais comentários negativos do que positivos. E neste momento em que estamos aqui, conhecendo as Hidrelétricas, vimos que não é bem assim. Este Projeto é um futuro para o nosso país, não só para vocês, como brasileiros, mas para nós, como bolivianos. Igualmente temos interesse e vamos procurar para que a Assembleia do Beni, na Bolívia, por intermédio de nós, Deputados, chegar ao Presidente Evo Morales e poder, também, continuar o processo da Hidrelétrica binacional, que seria entre os dois países e a última Cachoeira Esperança, em nosso Departamento, em nossa responsabilidade e país.

Então, Presidente, esta conclusão que desejamos seguir a inter-relação, comunicação e a informação necessária que neste dia 18 possamos informar à nossa população porque viemos e a que resultado chegamos. Este é um compromisso pessoal, eu sou Deputado pela Província Vaca Díez e resido em Guayaramerín, Bolívia, que faz fronteira com Guajará-Mirim, Brasil, e é uma satisfação muito grande estar aqui, Presidente. E agradeço a todos vocês, desejo felicidades a você, Deputado Lebrão, pelo trabalho que faz e continua fazendo até hoje.

Obrigado e felicidades a todos.

(Às 16 horas e 03 minutos o senhor Hermínio Coelho passa a presidência ao senhor Lebrão)

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Nós é que agradecemos. Com a palavra o senhor Oscar Nacif Saavedra.

O SR. OSCAR NACIF SAAVEDRA - Obrigado a todos. Saúdo a todos os Deputados de Rondônia. Agradeço de antemão pelo convite, é uma alegria para nós estarmos aqui presentes. Agradeço ao Deputado Lebrão pela atenção que tem nos dado, estamos impressionados, mais uma vez agradeço. Eu sou Deputado pela Província de Cuma, cidade de Beni, represento o Partido Político MNR. Somos três Deputados e aqui presentes somos dois representantes. E dizer que vamos aguardar vocês no dia 18 de novembro, pois já os convidamos e reitero o convite. Espero que todos estejam presentes. A nossa presença aqui, é como disse o nosso colega Roca, era para ter mais informações sobre a Hidrelétrica que tem aqui, Jirau e Santo Antônio, portanto, obrigado por nos dar informações, para que a gente possa levar à população boliviana e à do Beni, para que a gente possa enfrentar este trabalho que é muito importante e precisamos, como disse o Governador de Rondônia, energia é poder. E é o que precisamos. Agradecemos o convite, esperamos no dia 18 de novembro, no aniversário de nossa cidade.

Muito obrigado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Agradeço as suas palavras, e quero dizer que estaremos lá no próximo dia 18. E eu tenho certeza que essa visita de vocês, vocês tiraram todas as dúvidas que vocês tinham sobre as obras das Hidrelétricas, tanto a de Santo Antônio como também a de Jirau, e tenho certeza que logo em seguida nós estaremos visitando a construção a

Hidrelétrica boliviana que sem dúvida nenhuma trará um grande desenvolvimento para o vosso país.

Com a palavra Mariano Moy Tamo.

O SR. MARIANO MOY TAMO – Boa tarde, colegas Deputados do Estado de Rondônia, Deputados da cidade de Beni. Meu nome é Mariano Moy Tamo, sou Deputado na cidade de Beni, fui eleito pelos povos indígenas que moram na cidade do Beni. Estamos aqui graças ao convite que nos foi feito a toda Assembleia da cidade de Beni e justamente por um tema principal que meus colegas, anteriormente, já se pronunciaram pedindo informações dos impactos positivos e negativos da Hidrelétrica que está sendo construída aqui em Porto Velho. E é boa a informação que tivemos sobre isso e entendemos que não é tão satisfatório para que possamos ficar contentes, é só por uma parte, e por outra parte ouvimos bastante o interesse de vocês em querer integrar o Estado de Rondônia com a cidade de Beni através da estrada, intercâmbio cultural, econômico ou comercial e acredito que é importante, pois vocês demonstram aqui como autoridades deste Estado, e estamos agradecidos por isso. E esperamos que tudo saia como estamos planejando até o final.

Então, estamos agradecendo ao Presidente da Assembleia deste Estado, ao Deputado Lebrão, obrigado pelo convite, e ao público que está aqui presente desta cidade tão bonita. Nós estamos contentes e vamos ir muito satisfeitos pela recepção e pelo passeio que nos proporcionaram. Muito obrigado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Nós aqui agradecemos. Como não falamos espanhol ofereceremos cópia da Ata, áudio e vídeo para que possam fazer a tradução na linguagem espanhola. Com a palavra Maria Teresa Líbias.

(Às 16 horas e 10 minutos o senhor Lebrão passa a presidência ao senhor Hermínio Coelho)

A SRA. MARIA TERESA LÍMPIAS – Meus queridos amigos e irmãos da Assembleia dos Deputados do Estado de Rondônia, alegro-me por estar aqui, pelo convite da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, através do Deputado Lebrão, a quem agradecemos muitíssimo, porque nossa presença como Deputada, estamos adquirindo bastante conhecimento e experiência. Meu nome, como já disse o Deputado Lebrão, sou Teresa Límpias Chaves, também represento o povo indígena, o maior povo indígena da cidade de Beni, o povo indígena Morrinho. E, graças à luta do povo indígena e das mulheres, estou sendo Deputada nesta cidade, que é a cidade de Beni. Quero dizer à Assembleia do Estado de Rondônia que na nossa Assembleia Legislativa Estadual de Beni temos a presença da mulher na Assembleia Legislativa. Nos outros Estados do país a economia aplica na participação da mulher como estado de gênero que está sendo aplicado na Bolívia. E o Beni é um exemplo para vocês da Assembleia que hoje compõem, estão presentes as mulheres também. É um dos motivos da nossa luta que vem promovendo o Presidente da nossa nação, Evo Morales, e as lutas do movimento social que estão presentes todo tempo como fundadores, protagonistas dos movimentos sociais.

Senhor Presidente, quero manifestar-me de que a experiência vivida hoje no Estado de Rondônia nos desperta o interesse de colocar em análise toda a experiência recolhida. Nós retornaremos ao nosso país, à nossa Assembleia Legislativa Departamental, a sentar e arrendar temas específicos e fundamentais como esse trabalho no qual nós estamos envolvidos, por termos vindo ver a situação a que está levando adiante o tema da hidrelétrica, e que para a Bolívia também é um tema importante, porque necessitamos colocar em debate para discutirmos, para debatermos, para analisarmos seguramente os aspectos positivos, como também negativos. Sabemos que todo o progresso, todo desenvolvimento vem acompanhado também de alguns aspectos negativos, pelo que também esse desenvolvimento que buscamos na Bolívia e no Departamento do Beni, estamos nós como criadores como Assembleistas, porque necessitamos fazer uma socialização do que hoje nós estamos vivendo no Estado de Rondônia com a situação das Hidrelétricas e outros aspectos como a organização, a administração do mesmo Governo daqui do Estado de Rondônia. Uma experiência bastante rica que estamos recorrendo e que vamos lá compartilhar com o povo Boliviano e com o Departamento do Beni.

Uma saudação muito cordial e muito revolucionária desse povo lutador, querido Presidente, como entenderá, eu sou Assembleista pelo partido do Governo hoje na Bolívia, que é o Movimento Socialismo liderado por nosso Presidente Evo Morales. Uma saudação e um abraço muito cordial para todos e, bom, nós levaremos as melhores lembranças e as melhores experiências vividas neste Estado. Muito obrigada.

O SR. LEBRÃO – Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LEBRÃO – Agradeço aí o pronunciamento da Deputada e quero parabenizar a Assembleia Legislativa do Beni que tem uma força muito grande feminina. Lá as mulheres estão dominando a Assembleia do Beni, está bem mais bonita do que aqui a Assembleia de Rondônia, uns Deputados feios para danar, e lá umas mulheres muito lindas.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Nós estamos atrás mesmo, até nisso nós estamos perdendo para a nossa Bolívia, perdendo de goleada, lá a metade é mulher, sabe, Deputado Neodi, aqui é o quê? É dois por cento, não é dez por cento. Eu estava falando sobre esse negócio de maioria de mulheres no Parlamento, aí estava conversando, falando que a Câmara de Vereadores tem que eleger mais mulheres, aí um Prefeito estava ao meu lado e disse: “Lá na minha cidade só tem uma Vereadora e é pior do que os outros, me dá um trabalho danado.”

Passo a palavra agora para o nosso Presidente da Assembleia do Beni, o nosso companheiro Alex.

O SR. ALEX FERRIER ABIDAR – Boa tarde. Eu quero saudar com muito carinho a Vossa Excelência, irmão Presidente Hermínio, apresentar para vocês irmãos Deputados do Estado de Rondônia da Assembleia Legislativa do Estado, do Departamento que se chama em Bolívia o Estado do Beni. Aqui estão presentes 25 e são 28 Deputados assembleistas que tem a Assembleia do Beni. Está pleno, estamos todos, somente

faltam três assembleistas, ou três Deputados do Beni que não puderam estar presentes em Porto Velho, isso demonstra o compromisso e a vontade que tem a Assembleia Legislativa do Beni, que temos todos os assembleistas benianos e bolivianos para poder concretizar, prosseguir avançando nesta união, neste trabalho em conjunto entre os dois Estados entre os dois países. Poderá haver, notável irmão Hermínio, Lebrão, irmãos Deputados de Rondônia, a maciça presença das irmãs assembleistas Deputadas do Beni e isto se dá graças a um processo de aperfeiçoamento e valorização da democracia na Bolívia, de onde isso, graças à lei que segue implementado com a nova Constituição política do Estado Plurinacional da Bolívia, que sirva para o partido político, tem que levar entre seus candidatos como que dar os gêneros, exercer homens e mulheres, homens e mulheres para todos. Para eleição de Prefeito, para eleição da Prefeitura que vocês chamam como de Assembleia. Também queremos agradecer em nome de todos os meus irmãos da Assembleia do Beni por todo o carinho, por toda atenção que tenho recebido por parte de vocês da Assembleia de Rondônia. E viemos aqui na Casa de vocês, viemos aqui para Rondônia, viemos aqui na sua Assembleia para ratificar, Presidente Hermínio, o compromisso de seguir lutando, de seguir concretizando, de seguir empurrando esses projetos que agora estão sendo impulsionados pelo Deputado Lebrão para poder conseguir a vinculação da estrada e por suposto que vai atrair muitos benefícios, muito progresso para Rondônia, para o Beni e por suposto Bolívia e Brasil. Somente, irmãos Deputados de Rondônia, faltam quinhentos quilômetros para asfaltar a estrada que une Costa Marques com Trinidad e daí a estrada que falta para que possa chegar ao porto do Pacífico, seja com Peru, seja com Chile. Só quinhentos quilômetros, irmão Hermínio, irmãos Deputados, e com isso a produção, principalmente agropecuária de Rondônia, tem uma economia de mais de mil e duzentos quilômetros que sai do Porto de Santos. Então, é um grande benefício que vocês vão poder alcançar, claro que também como a Bolívia teremos o benefício, teremos o compromisso de seguir impulsionando, e Bolívia tem muito para oferecer também ao Brasil. Teremos muitas coisas que nos unem, a cultura, a educação, vocês têm muitos filhos que estão se formando na Bolívia. A Faculdade de Medicina da Bolívia está dando muitas possibilidades, e são faculdades do Estado que são gratuitas e claro que também a participação de estudantes estrangeiros, neste caso concreto na cidade de Santa Cruz de La Sierra. Aproximadamente se calcula que vinte mil estudantes brasileiros estão formando-se na Universidade da Bolívia. A composição da Assembleia Legislativa do Beni está politicamente, para que possam entender, irmão Hermínio, está composta, e os irmãos querem o uso da palavra, que são apresentados aqui, são um representante de cada uma bancada política que tem a Assembleia Legislativa. A bancada majoritária é a bancada do primeiro Beni que representa autarquia política do Governador do Beni e a bancada do primeiro Beni tem lá, cujo chefe é Sixto Roca que falou aqui também. Em seguida, nesta bancada, o restante desse Movimento Socialismo na sua composição que representa a chefe a companheira assembleista Maria Teresa Limpas, eu também faço parte dessa bancada que somos do partido do Movimento Socialismo, do partido do Evo Morales.

Em seguida, na bancada do MNR, falou o companheiro Oscar Nacif, que é do partido do ex-Presidente Gonzalo Sánchez de Lozada. E falou também o companheiro representante do povo indígena Mariano Moy. Esta é a composição que representa a nação indígena e esta é a composição política que tem a Assembleia Legislativa do Beni. E isso queremos que vocês tomem em conta, irmão Hermínio, que vejam decisão política aqui, deixando de lado algum tipo de interesse e toda a diferença política que nós temos no interior da Assembleia, claro, é o mesmo na Bolívia, a hora de expressar aqui a vontade e a medida ser na casa em Rondônia, se queremos a vinculação de que se queremos aportar e que já dentro do por suposto, do Estado do Beni, estão vindo preparando, estão vindo investindo recursos nesta estrada, por isso ela está quase pronta para poder asfaltar. Algo que preocupava muito os benianos e a Bolívia irmão Presidente Hermínio é a falta de informação que se tinha da construção das Hidrelétricas aqui em Porto velho, e quando não se tem informação se gera muita confusão, e isso dá a preocupação, se especula muito e temos podido visitar o lugar das hidrelétricas que estão construindo, sobretudo Santo Antônio onde fomos conhecer. E temos a certeza e vocês também podem ter a certeza e a segurança que como bolivianos não nos opomos ao desenvolvimento, mas tem que ser um desenvolvimento sustentável que permita a futura geração também de usar e também de aproveitar os recursos naturais que nos unem, o rio não nos divide, a água do rio Mamoré, rio Madeira tem que nos unir, a natureza nos une, a biodiversidade também nos une da Amazônia e isso beneficiará a população, temos que garantir os nossos filhos podem ser beneficiados e que sejam usuários que se beneficiem e aproveitem desses recursos. Por isso que manifestamos a vocês a segurança de que a Bolívia assim queremos e não vamos nos opor ao desenvolvimento, mas pedimos também que tenham o máximo de cuidado durante este desenvolvimento sustentável para poder garantir para que a futura geração possa efetivamente aproveitar esses recursos.

Em nome do irmão Hermínio, em nome de toda Assembleia Legislativa, queremos expressar a vocês, de maneira muito humilde, o convite para que possam visitar a Bolívia e para que possam visitar o Beni. Dia 18 de novembro é o aniversário de todo o Estado do Beni e a Capital e de Trinidad, onde são os atos centrais, e há o pressuposto de que todas as autoridades da Bolívia, desde a Presidência como também do Departamento, vão estar presentes e assim que queremos convidar a todos vocês. E é a diferença política que existe tanto ao nível de Estado estatal do Beni com o governo a nível nacional, assumimos o compromisso para que tanta a diferença política, vamos trabalhar a nível central e a nível do Beni para conseguir o recurso econômico para poder trabalhar.

Presidente, me permita, em nome da Assembleia, que entrego com carinho um presente que trouxemos e faremos a entrega, pois representamos a direção da Assembleia Legislativa Departamental. É a companheira da Assembleia Departamental, Hilda Rea, que é a vice-presidente e a companheira Bertha Norah Suarez, 2ª vice-presidente, e Jesus Robert, que é o Secretário Geral da Assembleia do Beni. Esta é toda a direção da Assembleia Legislativa do Beni, nós trouxemos, como vocês podem ver, e está em suas mãos o símbolo do guerreiro indígena do Estado do Beni, esse guerreiro que vive, que compartilha a natureza pelo que por suposto busca melhores dias para sua gente e para sua família. Esse guerreiro

boliviano, esse guerreiro indígena é o qual queremos dar de presente, em nome da direção e dos companheiros e expressando mais uma vez a gratidão pela atenção e o carinho que recebemos de todos vocês.

Muito obrigado. O Secretário Geral vai entregar para o Presidente Hermínio o presente do guerreiro indígena beniano.

O SR. JESUS ROBERT – Presidente Hermínio, receba o símbolo do guerreiro indígena, em nome do Estado do Beni.

O SR. ALEX ABIDAR – A senhora vice-presidente vai entregar para o Deputado Lebrão.

A SRA. BERTHA NORAH – Este símbolo representa o homem valoroso da terra e também mulheres que sabem trabalhar por seu Departamento e por sua Nação.

O SR. ALEX ABIDAR – A companheira vice-Presidente Hilda Rea vai entregar para o senhor Governador do Estado de Rondônia, também guerreiro. Vamos passar ao Deputado Adelino para que repasse ao Governador de Rondônia.

A SRA. HILDA - REA – Boa tarde, irmãos brasileiros, muito obrigada pela acolhida com tanto carinho. Faço a entrega desta estatueta feita por irmãos artesãos bolivianos. Entregamos com muito carinho, que é um símbolo do trabalho conjunto, que a partir de agora vamos fazer. Muito obrigada.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Gostaria de aproveitar este momento, senhor Presidente, senhores Deputados, com certeza nós vamos levar para o Governador, é uma lembrança e é muito importante essa integração da Bolívia com o Brasil.

Eu quero parabenizar todos os Deputados, 25 Deputados dos 28 aqui presentes. Parabenizar pela presença e dizer que é muito importante para nós este encontro. Parabenizar o Deputado Lebrão por ter feito esse trabalho de aproximação também com toda Assembleia do Estado lá da Bolívia. Para nós é um prazer muito grande, uma satisfação saber que são os nossos irmãos. Eu vejo essa aproximação, inclusive, vindo buscar experiências aqui no Brasil, nós podemos ir buscar experiências lá na Bolívia, eu acho que isso engrandece muito a nossa Amazônia, a Região Norte, que hoje a Amazônia envolve a Bolívia, envolve o Brasil, e parabenizar mais uma vez as mulheres, eu acho que é um exemplo aqui no Brasil que as mulheres ainda não participam muito da política e lá na Bolívia, não é, Deputado Lebrão, estão dando um exemplo e isso serve de incentivo para que as mulheres aqui no Brasil participem mais e eu vejo aqui mulheres brilhantes participando e isso é muito importante a participação da ala feminina, das mulheres, é muito importante.

Então, parabéns, e na primeira oportunidade, se possível ainda hoje ou amanhã, a gente vai levar ao Governador para entregar com o maior prazer e quem sabe o Governador possa ir também no dia 18 lá nesse encontro, não é, Deputado Lebrão? que é muito importante a integração dos governadores, nós temos aí várias questões, a febre aftosa que é um trabalho feito em parceria, tem a questão cultural, essa questão também da ligação, em tudo favorece, para nós é um prazer. Um abraço. Muito obrigado. Parabéns por vocês terem mostrado tanta força, tanta vontade de ter essa integração, de 28 Deputados vieram 25. Deputado Edvaldo.

O SR. EDVALDO SOARES – Pois não. Gostaria de aproveitar este momento, cumprimentar os servidores do Ministério Público; cumprimentar o público aqui presente e dizer que a presença dos Deputados bolivianos aqui em Rondônia, senhor Presidente, é motivo de muita honra para nós, Deputados que representamos este Estado, e quero neste momento parabenizar o Deputado Lebrão, porque essa aproximação, Deputado Lebrão, muito tem a dar frutos, tendo em vista esse intercâmbio de conversação onde nós possamos, Brasil e Bolívia, estar trabalhando pelo desenvolvimento, principalmente das nossas fronteiras.

Então, é motivo de muito orgulho, eu quero parabenizar o Parlamento boliviano, principalmente pelo número expressivo de mulheres representadas. Que Deus abençoe e sejam muito bem-vindos.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu também queria primeiro agradecer ao nosso Deputado Lebrão que está fazendo todo esse trabalho no sentido de aproximar cada vez mais, principalmente o Estado do Beni com o Estado de Rondônia. Dizer, Deputado Lebrão, que Vossa Excelência é fundamental nesse processo, se não fosse Vossa Excelência, com certeza nossa Assembleia Legislativa do Beni não estaria aqui hoje e com certeza Vossa Excelência tem o apoio de todos os Deputados nesta luta para que essa integração e essa parceria de Brasil e Bolívia, principalmente o Estado de Rondônia e o Estado do Beni, seja cada dia maior e que traga bons frutos tanto para o Estado do Beni como para o Estado de Rondônia, como para o Brasil, como para a Bolívia.

Só gostaria alertar meus companheiros bolivianos que o Evo Morales tem que ter muito cuidado com esse velho, que esse velho é muito danado, daqui a pouco ele passa a perna até no Evo Morales, esse velho é danado, mas é gente boa. E dia 18 é o aniversário de Trinidad, não é isso? Do Beni, do Estado, não é isso? Mas é em Trinidad que vai ter o festejo, vai ter umas atividades lá, inclusive deve estar lá a presença do Governador de Rondônia, deve estar lá, onde vai ser assinado, devem já ser assinados alguns acordos, algumas intenções de políticas entre o Estado do Beni e o Estado de Rondônia, e todos os Deputados estão sendo convidados, quem quiser ir vai, vai ser acertado. O Deputado Adelino propôs aqui nós fretarmos um avião, para que todos os Deputados vão de avião, a gente vai ver, mas é importante que todos os Deputados que queiram ir, é só colocar no gabinete da Presidência, dizer que vai para a gente já providenciar a estrutura para que possam ir, todos estão convidados, todos os Deputados que quiserem ir, nós devemos sair daqui dia 16, se for de avião devemos sair dia 16, se for de carro nós devemos sair dia 15, vamos para Costa Marques, de Costa Marques a gente vai lá para Trinidad. E dizer para os nossos Deputados bolivianos que foi muito importante a vinda de vocês aqui, principalmente a visita em Santo Antônio ontem, a usina de Santo Antônio. Infelizmente não deu para fazer a visita hoje em Jirau, parece que o povo de Jirau não estava muito a fim de receber vocês. Foram vocês que não quiseram ir então?

Mas, quero dizer que foi bom para vocês verem como que é o trem e até para se preparar para na hora que for ter essas usinas, principalmente a usina, mais de uma binacional, que o Governo brasileiro não enrole vocês lá como enrolou o

povo de Porto Velho e o povo de Rondônia. Por isso, é bom para vocês ficarem atentos, a conversa é uma e a prática é outra, que eu tenho certeza que o companheiro Evo Morales e vocês, os Deputados lá do Estado não vão deixar, não vão ser enrolados como nós aqui de Porto Velho fomos por essas duas usinas, que eles vêm como se fosse a salvação do nosso Estado e do nosso município e para falar a verdade trouxeram muito mais problemas para nós daqui da região do que benefícios. Ontem mesmo, Deputado Neodi, nós estivemos lá, o Diretor da empresa lá, palestrando para os Deputados da Bolívia, falou o seguinte: eles perguntaram: quais foram as compensações que Porto Velho teve? Aí eles falaram: foram construídos dois hospitais, foram construídos não sei quantos postos de saúde, não sei quantas escolas. Quando ele terminou de falar, eu disse: aonde foram construídos esses hospitais, esses postos de saúde, porque eu não conheço nenhum? Aí ele mudou: “Não, foram reformas, nós reformamos o posto não sei o quê, reformamos escola tal, aquele negócio da criança, a estrutura da criança, o Hospital Cosme e Damião”. A reforma, passaram uma cal e disseram que foram eles que construíram, para os outros eles vendem que construíram, que é mentira, eles não construíram nem um posto de saúde muito menos um hospital aqui neste Estado e neste município, pelo menos que eu saiba não, Deputado Adelino. Logo após a fala do Deputado Adelino nós vamos abrir...

A SRA. ANA DA OITO – Eu gostaria de falar...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Vai ser aberta uma Comissão Geral, nós tínhamos convocado os representantes do Governo e o pessoal dos Conselhos Estaduais e Municipais da Criança e do Adolescente, infelizmente parece que não veio ninguém do Governo. Mas nós vamos fazer de forma bem rápida um debate sobre essa questão, vai ser bem objetivo, que nós já fizemos uma audiência pública semana passada sobre esse tema, era só com relação ao cumprimento que todos os anos é colocado no orçamento do Estado dinheiro para atender esta área e infelizmente o Estado nunca cumpriu, nunca gastou um centavo que está previsto no orçamento nesta área de políticas da criança e do adolescente.

A SRA. ANA DA OITO – Questão de Ordem, Presidente, depois eu gostaria de dar uma palavrinha.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Está bom, Deputada Ana.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Senhor Presidente, Senhores Deputados, já cumprimentei os Deputados visitantes, mas gostaria de aproveitar este momento para registrar também a presença aqui do pessoal do Ministério Público que está aguardando aqui a votação. Mas quero falar sobre uma homenagem que nós fizemos lá em Ariquemes, Presidente, e foi na Associação Comercial, foi um sucesso, na semana passada, na quinta-feira à noite, foram convidados os Deputados, aonde foram dez homenagens e foi uma festa muito bonita aonde foi homenageado o Acir Cici Araújo, o Antônio Custódio, o Toninho da São Luiz Calçados, que é o representante da Associação Comercial, Cesarino Ferreira, Dr.

Cesarino, primeiro advogado da região de Ariquemes; a Guilhermina, que é da Loja Royal, pioneira, uma das primeiras lojas de Ariquemes e também tem um trabalho social muito grande; João Pedro, um dos primeiros atores, trabalhou em teatro, na época nós trabalhamos juntos e até hoje, foi para Curitiba e voltou e está fazendo um trabalho comunitário muito importante. O senhor Vilas Boas que é dono da Tampico e da Pura Água, é um empresário, faz parte, é diretor da Associação Comercial, fez um grande trabalho, está fazendo um grande trabalho na sociedade de Ariquemes. Senhor Juvenal José, uma pessoa que foi Vereador, fez parte, foi colega de picada lá em Ariquemes, o Deputado Saulo conhece lá muito bem. Também nós temos a Leocádia Carbonera, foi minha diretora na Escola Ricardo Cantanhede quando cheguei em Ariquemes, uma pessoa batalhadora, lembrou que o marido deixou-a 22 dias dentro do carro esperando buscar madeira em Ji-Paraná para construir um barraco em Ariquemes e aí todo mundo contou as histórias daquele tempo em Ariquemes. Dr. Nelson, juiz aposentado hoje, fez um brilhante trabalho; Vilma Sordiskovronski, que foi diretora do Supletivo, professora e também ela foi 22 anos diretora do Supletivo e fez um grande trabalho. Então, para nós, queremos registrar aqui, todos pediram para agradecer a Assembleia Legislativa, que foram os votos de todos os 24 Deputados que homenagearam essas pessoas pioneiras, cada um voltou no tempo contando as histórias e foi muito bonito, foi muita emoção, muitos se emocionaram, as famílias, os próprios netos que muitas vezes não conheciam a história do avô e lá com os discursos, foi muito emocionante.

Quero também dizer que nós fizemos uma indicação ao Governo do Estado, à Segurança Pública, para que faça um site, para que faça até uma lei que obrigue dentro de 24 horas, no máximo 48 horas, que toda moto, todo carro, todo bem apreendido que seja lançado no site ou tenha uma maneira da pessoa encontrar o bem dele quando for apreendido. Nós ficamos sabendo que tinha uma moto quase apodrecendo no município aí e o dono quase louco procurando e muitas vezes ele não sabe onde está e às vezes tem até que dar dinheiro para o policial, para o policial ficar rastreando, descobrir onde está. Então, se for apreendida essa moto, que seja lançado imediatamente no banco de dados ou no site aonde a pessoa tenha acesso para saber se foi encontrado ou não.

Há poucos dias foi apreendido, inclusive seria bom que fosse em nível nacional, um caminhão que foi roubado em Monte Negro, foi encontrado lá no Acre e graças ao amigo do proprietário do caminhão, que foi procurar o caminhão dele que estava roubado, aí descobriu que o caminhão era de outro amigo dele e trouxe. Então, informou a ele e ele foi buscar, senão ficaria lá o caminhão muitos anos e aí dentro de poucos dias foram roubadas sete motos, três inclusive da mesma família lá em Ariquemes e aí a pessoa ficou procurando em vários municípios, em várias delegacias e depois ficou sabendo que tinha sido encontrada e estava lá em Rio Crespo essa moto há vários dias e ele nunca imaginava que estava lá.

Então, eu sugeri isso ao Governo do Estado, à Secretaria de Segurança, que faça isso o mais rápido possível, que determine: prenda, coloque num site para que qualquer pessoa que entre lá saiba procurar, se ele foi vítima de roubo ele possa acessar todos os dias ali para ver se aparece esse automóvel, esse carro, essa moto dele ou qualquer bem que

foi roubado. Então, eu gostaria que o Governo do Estado, tenho certeza que o Secretário de Segurança vai ver essa situação e é uma coisa que ajuda muito o cidadão, porque naquela aflição depois do roubo, já tendo prejuízo, aí facilita um pouco para que ele resolva o problema. Essas são minhas palavras. Obrigado, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Adelino.

O SR. EDVALDO SOARES – Sr. Presidente, gostaria só de registrar a presença da Vereadora Val e da Vereadora Márcia Regina, de Ji-Paraná, Irmã Marli e a Josefa.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado. Deputada Ana da Oito com a palavra.

A SRA. ANA DA OITO – Eu quero cumprimentar, uma boa tarde a todos vocês, e quero cumprimentar todos os funcionários do Ministério Público e já lhes desejar e dizer que dia 28, Dia do Funcionário Público, vocês vão ser agraciados aqui com os Deputados no apoio que nós vamos lhes dar. Parabéns pelo seu dia!

Eu quero falar agora um pouco com vocês e falar para vocês que estou contente por ter aqui um projeto de meu amigo Deputado Lebrão, e somos nós dois vizinhos de países, de municípios, que eu sou de Guajará-Mirim e estou muito feliz agora, mas quero pedir desculpas a todos vocês que não tenham zelo pelo que eu vou falar agora. Estou contente com vocês mulheres batalhadoras, guerreiras bolivianas que estão aqui hoje representando nosso país vizinho, vizinhos meus, a Bolívia. Obrigada por estarem aqui. E a todos os homens, não se sintam sentidos, pois sou mulher e estou feliz. Obrigada a todos vocês e, Deputado Lebrão, parabéns por esta integração de Brasil e Bolívia que estão aqui para que nós nos sentemos mais à frente de todo trabalho que tem lá e aqui para que esta integração venha trazer para nós políticas públicas para o desenvolvimento dos dois países. Obrigada.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) – Senhor Presidente, eu peço permissão a V. Ex.^a, Olvidor Guermano Lebron em nome de Yáscara Moreno Flores está presente aqui também, eu esqueci de citar.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Encerradas as Breves Comunicações.

Senhores e senhoras Parlamentares, neste momento transformo esta Sessão em Comissão Geral, nos termos do Inciso II do artigo 135 do Regimento Interno, para recebermos os senhores Márcio Antônio Félix Ribeiro, Secretário de Estado de Assistência Social, que acho que não está aqui; George Alessandro Gonçalves Braga, Secretário de Estado de Planejamento e Gilvan Ramos, Secretário de Estado da Secretaria de Finanças.

(Às 16 horas e 47 minutos o senhor Presidente transforma a Sessão Ordinária em Comissão Geral)

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Senhor Presidente, foi justificada a ausência do Secretário.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Foi justificada de dois, mas eram três Secretários.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Acabou o objeto, acabou perdendo o objeto do Requerimento, porque dois Secretários mais importantes estão internados.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Mas, de qualquer forma, Deputado Kaká, como os outros convidados vieram, só não veio o Governo, a gente vai ser bem objetivo, nós vamos transformar a Sessão em Comissão, mas vamos ser bem objetivos, para explicar sobre o repasse financeiro do Fundo Estadual da Criança e do Adolescente – FUNEDCA. Eu já falei com os representantes.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) – Senhor Presidente, senhores Deputados, eu convido, e já se encontram à Mesa, o Exm.º Sr. Deputado Hermínio Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado; o Reverendíssimo Arcebispo Emérito de Porto Velho, Dom Moacyr Grechi; a Sra. Ana Waleska, Presidente do CONEDICA - Conselho Estadual da Criança e do Adolescente; Sr. Rubens Gerson, Conselheiro representante do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente; Sr. Charles Cunha Menezes, Presidente do Sindicato dos Servidores do Ministério Público, representando aqui o Ministério Público do Estado de Rondônia; Sr. Marinélio Pereira de Souza, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Dr. Gustavo Dandolini, representando a OAB.

Queremos saudar a todos os irmãos e dizer que agora na Assembleia de Rondônia iremos falar sobre os direitos das crianças e adolescentes, então permaneçam aqui conosco com muita satisfação.

Senhores, então, nesta Comissão Geral nós vamos ouvir a palavra do Presidente e dos representantes que compõem a Mesa, numa fala objetiva sobre os direitos da criança e do adolescente e os repasses para o Fundo da Criança e do Adolescente.

(Às 16 horas e 15 minutos o senhor Hermínio Coelho passa a presidência ao senhor Saulo Moreira)

O SR. SAULO MOREIRA (Presidente) – Concedo a palavra ao Excelentíssimo Senhor Presidente desta Casa, Deputado Hermínio Coelho.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Boa tarde a todos. Essa convocação foi decidida há quinze dias numa Audiência Pública que nós fizemos aqui neste Plenário e que na discussão, nós estávamos discutindo principalmente a questão da maioria penal, discutindo uma proposta que tem do Senador de São Paulo, no Congresso Nacional, que é com relação à redução da idade penal, principalmente do Estatuto da Criança e do Adolescente. E nessa discussão, que Rondônia se colocou contrário, inclusive nós já entregamos o relatório dessa Audiência Pública para o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e também para o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. E Rondônia se colocou contra qualquer mudança no ECA, que nós entendemos que o problema não é o nosso Estatuto da

Criança e do Adolescente, o problema é falta de política, principalmente política para os nossos jovens e adolescentes neste país, política de educação, política de oportunidade, política de lazer, de esporte, de cultura e por aí afora. E nessa discussão os nossos aqui, principalmente o Juizado da Infância e da Adolescência, também os nossos Conselhos Municipais e Estaduais aqui do Estado, colocaram a situação de que todos os anos nós aqui, a Assembleia Legislativa aprova no orçamento do Estado um valor específico para que seja aplicado na política da criança e do adolescente. E, segundo eles, o Estado não vinha gastando um centavo daquele dinheiro que era destinado no orçamento específico para gastar com a criança e com o adolescente. E nós fizemos um levantamento, nós fomos fazer um levantamento para confirmar se procedia o que as pessoas diziam, principalmente os representantes dos Conselhos, principalmente o Conselho Estadual, e procede. Em 2010, que foi o último ano do governo Ivo Cassol, foram empenhados novecentos e setenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e um reais e quarenta e dois centavos, e foram pagos trezentos e trinta e seis mil, duzentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos. No caso de 2010, eram novecentos e setenta e seis mil que foram empenhados e foram gastos trezentos e trinta e seis mil, cerca de 30% do que foi empenhado. Em 2011 foi empenhado, já no Governo Confúcio, foi empenhado o valor de setecentos e vinte seis mil, seiscentos e trinta e um reais, e foi pago o valor de dezenove mil, sessenta e seis reais e vinte centavos. No caso, de setecentos e poucos mil que foram empenhados, foram gastos dezenove mil. Em 2012 foi aprovado no orçamento, nós aprovamos aqui na Assembleia, em 2012, nós aprovamos aqui na Assembleia três milhões, seiscentos e noventa e sete mil, quinhentos e noventa e oito reais e não foi nem empenhado muito menos pago nenhum centavo, isso em 2012. Em 2013 nós aprovamos aqui no orçamento do Estado quatro milhões, sessenta e quatro mil reais e não foi empenhado nenhum centavo e não foi gasto nenhum centavo.

Hoje chegou uma proposta do Governo onde está pedindo para a Assembleia remanejar cento e noventa e sete milhões, quase duzentos milhões de reais, cento e noventa e sete milhões. E desses cento e noventa milhões tem um valor que é desse Fundo porque não foi gasto este ano nenhum centavo e já está, o Governo está remanejando... Só para você ver... Depois, na hora que nós formos discutir esse projeto, nós, Deputados, Deputado Saulo, nós vamos ver o tanto que esse Governo planeja mal, e ele está tirando o dinheiro agora... Depois vocês vão ver, tirando o dinheiro da educação, da saúde, da segurança, do Fundo que é para atender a questão da criança e do adolescente, para pagar dívida, para pagar dívida do BERON, dívida de CERON, dívida de eu não sei mais o quê, tudo para pagar dívida.

Depois nós vamos discutir o projeto, já está inclusive na Ordem do Dia, que eles estão pedindo urgência. Você vê, um orçamento que nós aprovamos aqui, por exemplo, da agricultura, dezenove milhões, Deputado Lebrão, Deputado Luiz Cláudio, dezenove milhões da Agricultura, estão remanejando para pagar dívida de BERON, dezenove milhões. Aí eu queria dizer para Vossa Excelência que não foi gasto um centavo, até a semente do feijão que o Governo do Estado todos os anos dava para os pequenos plantadores de feijão deste Estado, este ano não gastaram um centavo na agricultura. Aí, agora,

está remanejando dezenove milhões, que era pouco, mas nem esse pouco eles conseguiram, aí está remanejando do orçamento da Agricultura para pagar dívida de BERON e companhia.

O que nós estamos propondo? Eu estou propondo uma emenda na Constituição do Estado, porque hoje, por exemplo, na Educação o Governo é obrigado a gastar no mínimo 25%, porque se ele gastar 24,99%, por causa de um centavo, se ele não chegar aos 25%, ele responde por vários crimes por não ter cumprido o mínimo com a Educação. O que é que nós estamos fazendo? Já que o Governo não cumpre nada e que a lei, a lei não diz, no caso, ele não cumprindo o que está previsto no orçamento para a questão da criança e do adolescente, não tem muita responsabilidade. Nós não temos como enquadrar o Governador, nem nós, os Deputados, nem a Justiça porque ele deixou de aplicar o que está previsto no orçamento, que de qualquer maneira já é um crime, já é, no mínimo, improbidade você descumprir o que nós aprovamos aqui no orçamento. Nós estamos colocando aqui na Constituição do Estado que torna, nesse sentido, o dinheiro que for aprovado no orçamento do Estado para o Fundo da Criança e do Adolescente ele é obrigado a cumprir, senão ele fica previsto, fica sujeito à penalidade de improbidade, de perda de mandato e por aí afora. Inclusive já está na Ordem do Dia, é uma emenda na Constituição e daqui a pouco nós vamos discutir e talvez já votarmos hoje, que precisa de voto, de votação qualificada, dezesseis votos, mas eu tenho certeza que nossos Deputados aqui, com certeza, se tiver dezesseis Deputados no Plenário, nós vamos aprovar já hoje essa emenda na Constituição para que ele cumpra o que for determinado no orçamento do Estado com as crianças e os adolescentes deste Estado.

Por isso eu queria dizer para o nosso Dom Moacir, para o nosso membro aqui da OAB, para o nosso companheiro lá, representando aqui os estudantes aqui do nosso Estado e nossos Conselheiros aqui dos municípios e do Estado, que nós estamos fazendo a nossa parte e vamos, tanto nós os Deputados como vocês, fazer com que o Governo cumpra pelo menos o mínimo, porque esse dinheiro já não dá para muita coisa, que ele já manda pouco e mesmo sendo pouco, eles ainda não aplicam, como é o caso tanto na questão das nossas crianças e dos adolescentes, como também da Agricultura e outros remanejamentos que eles estão tirando dinheiro aí para pagar essas dívidas que nós nunca fizemos neste Estado. Por isso, vamos, eu espero que hoje aqui nós sejamos objetivos, vamos marcar, vamos chamar, eles mandaram um ofício justificando que não poderiam estar hoje aqui, nós vamos marcar outro dia, outra data, nem que não seja no Plenário, seja em uma reunião aqui, nós vamos chamá-los novamente, marcar uma nova data e chamar vocês. E eu espero que a nossa lei já esteja em vigor, a nossa emenda na Constituição para que eles venham aplicar pelo menos o que já está determinado no orçamento, com políticas de apoio aos Conselhos aqui no nosso Estado.

Obrigado e boa tarde.

(Às 17 horas e 01 minuto o senhor Saulo Moreira passa a presidência ao senhor Hermínio Coelho)

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Passo a palavra aqui para a Presidente do CONEDICA - Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, Ana Waleska.

A SRA. ANA WALESKA – Boa tarde a todos. Em nome do Deputado Hermínio Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa, quero cumprimentar todos os Deputados estaduais presentes e demais autoridades. Quero cumprimentar aqui especialmente os Conselheiros Tutelares, sociedade civil e colegas advogados, da Ordem dos Advogados, o representante aqui, Dr. Gustavo Dandolini, Presidente do CMDCA, o Marinelio. Inicialmente, eu gostaria de agradecer o Presidente por esta oportunidade que está sendo concedida ao Conselho Estadual de estar discutindo sobre a questão do repasse do Fundo da Criança e do Adolescente, onde foram convocados hoje os três Secretários de Estado, mesmo sem a presença dos mesmos nós gostaríamos de fazer alguns esclarecimentos, algumas falas em relação a esse repasse. E também aproveitar a oportunidade e falar que além do não repasse ao Fundo da Criança e do Adolescente, o Conselho Estadual também gostaria de pleitear uma emenda, um PA para a manutenção e funcionamento do Conselho, pois nesse aspecto também não tem sido atendido, nesses últimos três anos um PA para o Conselho Estadual. E a gente precisa estruturar esse Conselho, ter uma equipe de assessoramento, inclusive para elaborar PPA, PA, projetos, editais e projetos e que esse recurso do Fundo da Criança e do Adolescente também, além de investir nas políticas públicas para crianças e adolescentes, ele também serve para fazer o repasse fundo a fundo, para os fundos municipais, ele é para atender toda a demanda do Estado.

Com relação à proposta aqui apresentada ao Deputado Hermínio, sobre a alteração do dispositivo da Constituição do Estado de Rondônia, o Conselho acha, sim, a proposta valiosa, mas dentro também da atribuição do Conselho, Presidente, como órgão formulador de políticas públicas e opinador, nós gostaríamos também de estar sugerindo uma adequação também aqui na redação do artigo aqui proposto para ser alterado na Constituição, que poderíamos também acrescentar até outros itens que garantam até essa questão estrutural também de Conselho Estadual, já propor aqui essa manutenção, esse funcionamento do Conselho. E bem como aqui está escrito, é de execução obrigatória, gostaria também de propor também um ajuste aqui de adequação na redação também, tipo: ou repasse ou efetivos depósitos dos valores, configurando assim a necessidade da execução obrigatória. Porque a Lei, no artigo 6º aqui da Lei Complementar 667, ele fala bem assim, Presidente: “As receitas descritas nesta Lei Complementar serão depositadas obrigatoriamente em conta especial a ser aberta e mantida em agência credenciada pelo Governo do Estado de Rondônia em nome do FUNEDCA”. Então, o artigo 6º aqui, ele fundamenta, ele embasa que as receitas devem ser depositadas. Então, o orçamento é trabalhado na LOA, mas as receitas, conforme a lei, elas devem ser efetivamente depositadas na conta do Fundo da Criança e do Adolescente. E com base nesse artigo 6º, aproveitar para sugerir um encaminhamento aqui pelo Conselho Estadual, até para aperfeiçoar melhor essa redação e, se for o caso, acrescentar essa questão também de que as receitas devem ser depositadas ou repassadas, além de ser de execução obrigatória. Então, isso também é uma proposta de sugestão do Conselho Estadual para fazer essa readequação. E no mais assim, nós sabemos que o Conselho não tem repasse há três anos, vários projetos ficaram prejudicados, inclusive os editais de 2011 do Conselho de Direito, porque a sociedade, as entidades é que cobram do

Conselho Estadual esse repasse. Porque quando nós soltamos um edital, é de responsabilidade inteira do Conselho Estadual o cumprimento daquele repasse financeiro para a execução dos projetos voltados às políticas da criança e do adolescente. O Conselho Estadual tem por finalidade fortalecer essas políticas da criança e do adolescente e esse recurso, além de garantir a execução das políticas, também serve para estar repassando e dando amparo aos Conselhos Municipais, aos Fundos Municipais do Estado todo. Então, nesse sentido, os três anos, a gente sabe que este ano o Estado está passando uma situação agora de contenção de despesas, que o Estado não tem dinheiro para repassar. Agora, em relação aos anos de 2011, 2012, não houve o repasse e os trabalhos ficaram prejudicados, do Conselho Estadual. O que nós gostaríamos era que pelo menos estivessem aqui presentes, hoje, os Secretários, que confirmassem o compromisso de que no ano de 2014, a LOA de 2014, o orçamento destinado lá, fosse efetivamente repassado para a conta do Fundo da Criança, porque sabemos que este ano ficou prejudicado.

Então, além disso, da falta do repasse, nós também recebemos uma decisão do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia que fez uma auditoria na prestação de contas da FUNEDCA, do ano de 2010. Nessa decisão, recebemos a recomendação de que tanto o Estado como o Conselho, principalmente o Estado, que seja cumprido integralmente o repasse do orçamento destinado ao Fundo da Criança. Inclusive nós recebemos essa decisão com essa recomendação, que se caso isso não fosse cumprido e se o Conselho também não cobrasse as contas da prestação de contas de 2013 poderiam até ser reprovadas. E o Conselho também tem esse papel de estar cobrando, fiscalizando a aplicação desses recursos que estão previstos aqui na lei, até pelo fato de não responder, não acabar respondendo por omissão, porque se o Conselho também não agir, não cobrar o que é de direito e que está previsto na lei infraconstitucional, federal, estadual e com base também na resolução do CONANDA, o Conselho pode também responder por omissão.

Então, eu agradeço aqui a oportunidade, eu espero que o Deputado encaminhe essa nossa solicitação de adequação aqui do artigo com base inclusive nesse artigo 6º da lei. E também vamos aguardar a próxima reunião a ser agendada, onde serão convocados os Secretários a participarem, e esperamos que nessa próxima reunião nós possamos conversar, firmando um compromisso com os Secretários, os representantes do Governo do Estado, que em 2014 o repasse seja efetivado.

Muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Ana. Veja com o Luciano a sua ideia de acrescentar mais um parágrafo, um artigo na proposta. Está em tempo ainda para a gente acrescentar.

Passo a palavra agora para o nosso Conselheiro representante do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, Rubens Gerson.

O SR. RUBENS GERSON – Boa tarde. Quero cumprimentar o Presidente desta Casa, Deputado Hermínio, cumprimentar todos os Deputados, o Bispo. Eu sei que é difícil a gente ficar discutindo um assunto desses, aí tem um monte de gente lá que não deve

estar entendendo o que está acontecendo. Eu quero trazer aqui, Presidente, para vocês que não está sendo levado a sério, como não está sendo levada a sério essa questão da criança e do adolescente, a medida socioeducativa. O Governo, este ano, eu quero entregar para o senhor isso aqui, remanejou nove milhões e meio e esse dinheiro era para ser usado para medida socioeducativa, ele remanejou, aqui está quanto ele remanejou. Remanejou para um lado, para a Secretaria, para outro lado, quer dizer, o Governo não leva a sério as questões de criança e adolescente, não, gente, neste Estado. O filho de vocês aí, se tiver algum problema, algum conflito com a lei, vai ficar preso nessas unidades que tem aí. Talvez o teu sobrinho, o teu vizinho, alguém que precise ou que vai precisar depois para se aplicar a medida socioeducativa, vai ficar preso, vai ficar igual no Urso Branco, que a realidade é essa. Aqui não existe centro para medida socioeducativa, não, senhores Deputados, existe aqui prisão para crianças e para adolescentes. Então, eu quero passar para as suas mãos esses documentos que me foram passados, aqui diz tudo que foi remanejado, para onde foi remanejado, diz de onde vieram os recursos, que é recurso do Estado, do Governo Federal.

Então, quero passar para as suas mãos, se o senhor puder encaminhar cópia para quem é devido... E eu espero que a partir deste momento, Deputado, com esse pedido do senhor, a gente consiga levar mais a sério essa questão de para onde é destinado o recurso, esse dinheiro que vai para a criança e para o adolescente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu queria dizer para os nossos servidores, tanto do Ministério Público como também os nossos radiologistas, que daqui a pouco nós vamos discutir o Veto do Projeto de vocês, e nós precisamos, para derrubar o Veto, de 13 votos, o que vocês precisam é conquistar os nossos Deputados para que votem a favor da derrubada do Veto. Mas fiquem tranquilos que daqui a pouco vai entrar em discussão o Veto do Projeto de vocês.

Vamos passar a palavra agora para o Charles Cunha Menezes, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Ministério Público.

O SR. CHARLES CUNHA MENEZES – Boa tarde. Gostaria de agradecer ao Deputado Hermínio Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa, e componentes da Mesa e demais Deputados. Meu intuito aqui na Casa de fato não se deu oportunamente para participar desta Mesa, mas não poderia recusar o convite, Presidente. Então, eu tenho um pouquinho de conhecimento sobre o assunto quando é criança e adolescente. O próprio Ministério Público, órgão onde nós trabalhamos e algumas convivências e participação em instituições de políticas públicas de amparo à criança e adolescente, como a criação do SINASE, o Ministério Público também tem um setor chamado Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência e tive oportunidade de conhecer alguns trabalhos desse setor operacional. Existe um trabalho chamado CAO-Itinerante...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu peço a todos silêncio quando estiver alguém na tribuna falando, eu peço que façam silêncio, porque atrapalha um pouco aqui as pessoas que estão falando.

O SR. CHARLES CUNHA MENEZES – Eu peço aos colegas da Radiologista e aos colegas do MP que segurassem um pouco a ansiedade, que eu sei que é grande, eu acompanho o projeto de vocês, sou amigo do Caio e aos colegas do Ministério Público eu falo também que eu estou aqui na batalha, mas tenhamos um pouco de paciência, por favor.

Então, eu tive acesso a esse relatório do CAO da Infância, que se chama CAO-Itinerante, um trabalho desenvolvido por profissionais, uma equipe multiprofissional, onde eles desciam o rio Madeira visitando as comunidades ribeirinhas, acessando os anais, os relatórios das atividades me surpreendeu o que eu li nos relatórios. Depois eu tive oportunidade de conversar com os técnicos que fizeram o relatório e eles confirmaram: ‘não é verdade, tem um determinado local que as crianças bebem água filtrada no filtro de barro e quando passa no filtro parece Nescau’. Ela pensou que eles colocavam Nescau no filtro. Isso foi uma coisa que me chocou muito e a conclusão do relatório final dizendo que o poder público municipal na época, eu acho que é competência do município a localidade, feriu os direitos humanos onde as crianças, na escola, não tinham acesso à água. Então, isso foi uma coisa assim que me chamava atenção, porque às vezes a gente não tem noção, quando a gente está na casa da gente, com os filhos da gente, achando que nós não temos acesso a determinados bens, a determinados desejos ou para os prazeres. E quando eu tive acesso ao relatório, eu fiquei surpreso. Então, eu comecei a frequentar mais os espaços onde eram discutidas políticas para crianças e adolescência, para o SINASE, quando começou a implantar o SINASE e me surpreendi como a prática diverge da teoria, tudo bonitinho no papel, o Estatuto da Criança e do Adolescente de Primeiro Mundo, mas de cima para baixo. O recurso orçamentário do Estado infelizmente não chega a essas comunidades mais distantes, se não chegam aqui na cidade, vocês imaginem quanto assistência a essas crianças que vivem à margem da sociedade, digamos assim. Depois, eu sou um eterno acompanhante das políticas públicas urbanas. Acompanhei a confecção do Plano Diretor, os estudos e me surpreendeu, depois que eu li esse relatório do CAO da infância, o relatório do município dizendo que as comunidades ribeirinhas estavam sumindo, mas na realidade ela não sumia, elas deixavam de existir no mundo deles, no mundo ribeirinho, engolido pelo processo de avanço, crescimento urbano. E isso foi para mim uma experiência não só de vida, mas que eu trago comigo até hoje como um exemplo de como o Poder Público podia estar mais empenhado em devolver para a sociedade o que de fato são os direitos dela, que seria a mínimo de condição, um posto de saúde, uma escola, condições dignas para que eles comesçassem a olhar a vida com outra ótica. É isso.

Gostaria de aproveitar a ocasião também para, eu já conversei com muitos Deputados para pedir apoio, a quebra do Veto 139, que também faz uma questão de justiça aos servidores do Ministério Público. Só isso, Deputado. Muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado a você. Com a palavra o Deputado Cláudio Carvalho.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Senhor Presidente, Deputado Hermínio, em nome de quem eu cumprimento os senhores

Deputados, cumprimento D. Moacyr e em nome dele cumprimento toda a Mesa; senhoras e senhores aqui presentes; Presidente da Associação dos funcionários do Ministério Público, conte com o nosso voto para quebra do Veto.

Senhor Presidente, essa discussão é muito pertinente tendo em vista a forma que o Estado de Rondônia, com o atual Governo e os demais, mas, sobretudo, esse Governo que na atualidade tem tratado a questão social na área social. Só dizer um fato que chamou atenção, a questão do orçamento do Estado de Rondônia, já é aprovado o orçamento para a questão social, já é um orçamento bem pequeno. Esses dias, e aí toda hora a gente vê chegar projeto aqui para tirar da área social, para fazer outros investimentos. O que me mais me chamou atenção foi um projeto de lei que chegou de autoria do Executivo esses dias tirando dois milhões e oitocentos mil da Secretaria de Ação Social, que é para trabalhar exatamente nas políticas públicas na área social, para tirar os adolescentes da vulnerabilidade que vive aqui em Porto Velho, em Rondônia, tiraram dois milhões e oitocentos mil para gastar com propaganda, uma propaganda mentirosa muitas das vezes. Eu tenho falado isso, nesta tribuna, constantemente, isso não pode ocorrer, o percentual que é aprovado no orçamento já é pequeno e depois fica tirando. Outra vez, outro projeto que chegou há uns três meses aqui, tirando cem mil que era para ser gasto na psiquiatria, eu acho que o único orçamento que tinha para trabalhar na psiquiatria do Estado de Rondônia eram esses cem mil e foi tirado mais uma vez, e desta vez eu nem me lembro, nem me recordo para o que foi. Mas, com certeza, eu lembro muito bem de dois milhões e oitocentos mil que foi tirado no mês passado para fazer gasto com propaganda mentirosa, diga-se de passagem, desse Governo que é muito mais um desgoverno do que governo.

Portanto, essa discussão é muito séria e me deixa muito feliz ver as entidades, as pessoas que tratam desta área aqui na Assembleia, exatamente para que a gente possa combater essa política desastrosa deste governo que nada faz nesta questão social. Portanto, eu deixo aqui a minha indignação e tenho certeza que tudo que for feito, no mínimo, para que esse governo consiga gastar um pouco do recurso do Estado nesta área da ação social, vai ajudar a criar as crianças e adolescentes deste Estado, que ficam, muitas vezes, sem nenhuma assistência. E o que era a questão para se recuperar um adolescente infrator, eu não tenho dúvida que é uma prisão, independente da idade dele, ele vai para ser um preso como é lá no Urso Branco. E aí já vai desde a adolescência, eu não estou aqui para passar a mão na cabeça do adolescente que cometeu o crime, mas eu acho que a lei tem que ser cumprida. Ele precisa passar por um processo de ressocialização e não de um processo já de um adolescente, de uma criança, já como preso, sem defesa, muitas vezes, sem as condições mínimas, da maneira que são tratadas hoje nos presídios mirins que nós temos aqui, sob a guarda do Estado e pouco ou quase nada tem sido feito para fazer o combate a essa área tão importante.

Então, parabéns, Deputado Hermínio, vocês contem comigo, tenham como referência o meu gabinete, para que juntos nós possamos pelo menos cobrar, que é o que eu tenho conseguido, porque a gente cobra e não vê ação do governo para, como eles dizem, pelo menos diminuir o sofrimento das pessoas na questão social. Obrigado, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Cláudio Carvalho. Com a palavra Marinelio Pereira de Souza.

O SR. MARINELIO PEREIRA DE SOUZA – Boa tarde, Deputado Presidente desta Casa, Hermínio Coelho, em nome do qual eu cumprimento a todos os Deputados; Presidente Ana Waleska, Presidente Estadual da Criança e Adolescente. O Deputado Cláudio Carvalho foi muito feliz, um governo desastroso. Falar que criança e adolescente é prioridade absoluta, todo mundo fala. Agora, o que nós estamos precisando, Deputado, é de ações e as ações deste governo vão totalmente ao contrário disso. Não adianta nada fazer asfalto se lá na frente nós não vamos ter os adultos, as crianças, os adolescentes para utilizar esse asfalto. Deputado Hermínio, essa falta de repasse ao Fundo Estadual tem prejudicado e muito os municípios, os Conselhos Municipais. Eu estou aqui hoje na qualidade de Conselheiro Municipal de Direito da Criança e do Adolescente, como Presidente de Conselho Municipal. E sabe qual foi o Orçamento do Conselho Municipal para fazer política pública neste município? Quatrocentos mil reais. Foi todo o orçamento que nós tínhamos para fazer política pública no município, a exemplo, eu represento a entidade Associação Missionária Casa do Pai, nós atendíamos 270 crianças, atendemos do ano de 2002 ao ano de 2011. No ano de 2011 nós não tínhamos mais como fazer atendimento, porque é uma instituição sem fins lucrativos. E cada dia que passa o repasse vem sendo reduzido nos municípios. Se o Conselho Estadual tivesse o repasse poderia estar fazendo o repasse fundo a fundo, e assim fortalecendo as ações no município. Esses recursos não são só para medidas socioeducativas, o que já seria suficientemente justificável, mas são também para prevenção, para que a criança, para que o adolescente não entre em conflito com a Lei, já para ele não entrar em conflito com a Lei. As ONGs de atendimento visam isso, para que não precise o adolescente entrar em conflito com a Lei. E, aí, como ONG, como Presidente de Conselho Municipal nós estamos aqui para, realmente, cobrar que o Legislativo esteja, o Presidente do CONEDCA, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Velho está de portas abertas, vamos, abraçamos já esta causa, não poderíamos ser indiferentes. O Fórum Estadual da Criança e do Adolescente está aí para fortalecer também, e nós vamos estar juntos, lutando por este objetivo. Muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, senhor Marinelio.

Agora, passo a palavra aqui para o nosso Dom Moacir.

O SR. DOM MOACIR GRECHI – Presidente, em seu nome, Presidente, eu quero saudar a todos. Mas quem vai falar sobre o assunto é o nosso Advogado da Comissão de Justiça e Paz. Ele está mais por dentro. E eu só fico satisfeito dessa tomada de posição a favor das medidas socioeducativas e essa quase pressão, chamamos assim, para que o dinheiro chegue onde quer que deva chegar. Porque é um dinheiro sagrado, não se pode desviar de maneira alguma e, pelo que eu escutei, para propaganda mentirosa. Isso aqui é um crime e chega a ser pecado até. Obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Dom Moacir. Eu espero, Dom Moacir, que se eles não pagarem para

a Justiça que paguem, pelo menos, para Deus todos os pecados que eles têm cometido.

Com a palavra o Doutor Gustavo.

O SR. GUSTAVO DANDOLINI – Boa tarde, Presidente Hermínio; boa tarde aos colegas que estão presentes no Plenário, os colegas do Ministério Público. Eu já tive a honra de trabalhar no Ministério Público e, como servidor, sei a importância que o servidor tem na atuação institucional do Ministério Público, e desde já a gente registra aqui o nosso apoio, também, ao servidor público, para que a Assembleia dê ao servidor do Ministério Público o valor que ele merece. Cumprimento o Presidente Hermínio em nome do Presidente da OAB, Doutor Andrey Cavalcante. E, também, tenho o privilégio aqui, como membro da Comissão de Justiça e Paz, como o nosso Arcebispo Emérito como Coordenador da Comissão de Justiça e Paz colocou, tenho a honra aqui de representar a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese. No momento, cumprimento os demais colegas Deputados na pessoa do Presidente Hermínio; aos servidores aqui da Assembleia Legislativa; Presidente do Conselho; os demais Conselheiros do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente; Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, enfim, todos os presentes; o pessoal da imprensa.

A vinda da OAB aqui na Assembleia Legislativa, e acredito também, da Comissão Justiça e Paz, da Arquidiocese, é respaldar a atuação do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente. É nossa função, enquanto entidades que tem intervenção social e política no Estado de Rondônia, apoiar incondicionalmente a atuação dos Conselhos de Direito. É por meio dos Conselhos de Direitos que a sociedade civil se faz representar junto ao Poder Público. Então, nós temos o dever legal e moral de apoiar os Conselhos de Direito e nós estamos aqui com esse objetivo. Nós não podemos deixar o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente nesta situação. Se tiver que cobrar o Governador Confúcio Moura perante a Assembleia Legislativa, perante o Judiciário, nós vamos fazer. A OAB não vai medir esforços para cobrar do Governo do Estado de Rondônia as suas responsabilidades em relação ao Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Se está previsto na Lei Orçamentária do Estado a destinação de recursos para o Fundo, não há explicação ou justificativa para o Estado o não repasse desse recurso. Eventualmente, numa situação de extrema dificuldade financeira do Estado, poderia justificar. A questão é a seguinte: é que esses recursos não vêm sendo repassados há três anos, então não dá para aceitar argumentos desta natureza. E se há dificuldade financeira por parte do Estado, isso envolve também a questão de planejamento.

Então, se o Estado atravessa problemas orçamentários talvez foi por falta de planejamento. E se tiver que sacrificar algum segmento, que não seja o segmento da Criança e do Adolescente, que tem prioridade absoluta prevista na Constituição em termos de políticas públicas. Então, que o Governador corte a publicidade, que o Governador corte os cargos comissionados, que o Governador corte outros gastos de outra natureza. Não faça remanejamento ou não deixe de repassar os recursos que são destinados às políticas públicas voltadas à Criança e ao Adolescente. Isso é inaceitável. Nós não podemos permitir essa situação. Nós temos que nos unir, enquanto entidades representativas da sociedade civil, a OAB,

a Comissão Justiça e Paz, Assembleia Legislativa, que representa os interesses da sociedade, e cobrar do Governador a sua responsabilidade em relação a essa questão. Nós estivemos no Ministério Público, hoje pela manhã, conversamos lá na Procuradoria Geral, depois conversamos com alguns Promotores de Justiça, eles estão sabendo dessa situação, nós já alertamos o Ministério Público acerca desta situação. O Conselho Estadual da Criança e do Adolescente já publicou no **Diário Oficial do Estado** essa situação, representando o Governador junto ao Ministério Público, e nós não vamos parar. Enquanto essa situação não for resolvida, nós iremos adotar todas as medidas pertinentes, sejam extrajudiciais ou judiciais, para obrigar o Estado de Rondônia a cumprir com os compromissos firmados na Constituição Federal, firmados na Lei Orçamentária Anual. O trabalho dos Conselhos de Direito são importantíssimos, no sentido de fortalecer as políticas públicas do Estado. E os Conselheiros, nesse embate que eles travam junto ao Poder Público, esse embate que é legítimo, de convencimento, de persuasão, os Conselheiros, principalmente os Conselheiros que representam as entidades da Sociedade Civil, eles precisam do nosso respaldo, eles precisam da nossa legitimidade. E a nossa vinda aqui hoje é para deixar registrado esse apoio, para demonstrar ao Poder Executivo que as entidades estão unidas e irão dar apoio ao Conselho Estadual da Criança e do Adolescente em qualquer luta legítima que esse órgão colegiado trave com o Estado de Rondônia. Se o Estado se dispôr a resolver a situação, o diálogo, a mesa de negociação está aberta. Não há interesse nenhum nosso, de nenhuma entidade, de forçar uma situação jurídica, uma ação civil pública contra o Governador. Só que são os instrumentos legais de pressão que nós temos para utilizar, e nós vamos utilizar, caso o Governo não demonstre interesse em resolver essa situação. Se o Estado tiver interesse em resolver a situação, eu acredito que a Assembleia Legislativa, o Conselho, todos nós estaremos dispostos a sentar e resolver, da melhor forma possível, inclusive evitando a judicialização dessas questões, porque nem a judicialização traz a solução, muitas vezes prolonga o problema. Nós não priorizamos a judicialização, só que não abriremos mão dela num eventual insucesso em tratativas diplomáticas e de nível institucional, que nós já estamos tentando há bastante tempo resolver essa situação.

Com relação ao Projeto de Lei, Presidente Hermínio, nós vamos parabenizá-lo, a OAB também o parabeniza por essa iniciativa e vamos pedir a Vossa Excelência que nos conceda um prazo, se Vossa Excelência entender cabível esse prazo nessa atual conjuntura, talvez para nós encaminharmos algumas sugestões em relação ao aperfeiçoamento do Conselho, porque o Conselho ele tem dificuldades, inclusive no seu funcionamento. O Conselho, por exemplo, não dispõe de técnico para auxiliar na elaboração do Orçamento, na discussão do orçamento, na elaboração de projetos, porque sem projeto o recurso não pode ser aplicado, isso também é uma verdade. Então, nós vamos lutar para o recurso ser disponibilizado, mas depois nós precisamos trabalhar para que os projetos sejam eficientes o suficiente para garantir a execução do recurso.

Então, todos os Conselhos, até onde nós temos o conhecimento, têm dificuldade em relação à elaboração de projetos, nós temos que encontrar alternativas para isso. Ou nós estruturamos esses Conselhos ou nós criamos algum tipo

de organismo, algum tipo de agência, enfim, alguma instituição que possa dar esse suporte. Isso é inevitável e é indispensável para a correta aplicação dos recursos, para a eficiente aplicação dos recursos.

Em relação à proposta de Emenda Constitucional, já foi esclarecido aqui pela sua assessoria que o termo jurídico utilizado na Proposta de Emenda Constitucional abrange, inclusive, o depósito bancário dos recursos. Então, a obrigação de execução orçamentária, conforme nos foi esclarecido aqui pela assessoria, é no sentido amplo que abrange, inclusive, a disponibilização do recurso, porque sem a disponibilização do recurso não existe execução orçamentária, porque a disponibilização precede a execução, isso já foi esclarecido. Então, caso a Assembleia Legislativa deseje votar essa Proposta de Emenda Constitucional, fica a cargo da Mesa Diretora a oportunidade e a conveniência de submeter esse projeto à votação hoje e terá o nosso apoio, mas fica o pedido que a Assembleia nos conceda um prazo para que venham sugestões, talvez para um outro projeto, para uma adequação da Lei Complementar já existente, no sentido de aparelhar esse Conselho. E, quem sabe, aparelhando esse Conselho Estadual de defesa da Criança e do Adolescente nós consigamos dar maior efetividade à sua atuação. É isso. A OAB está à disposição da Assembleia, à disposição do Conselho para apoiá-los no que for de relevância para o Estado de Rondônia.

E ficam aqui mais uma vez os nossos agradecimentos, sempre que a OAB é convidada, a OAB se faz presente na Assembleia, a Assembleia efetivamente é a Casa do Povo, aqui o povo está efetivamente representado. Esse é um espaço de poder que nós devemos zelar, nós devemos zelar para que a Assembleia Legislativa, o Poder Legislativo desenvolva suas atividades da melhor forma possível, corrigindo seus rumos, aperfeiçoando sua atuação, mas nunca virar as costas para o Poder Legislativo, que é no Poder Legislativo que a sociedade tem vez e tem voz.

Muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Doutor Gustavo. Quero dizer, Dr. Gustavo, o seguinte: tudo, qualquer segmento da nossa sociedade que procura a Assembleia, que traz ideias, que traz propostas, a Assembleia tem discutido e tem encaminhado, qualquer segmento. E quem não fizer isso, é muito difícil de sair alguma coisa, porque nós não conseguimos dar conta nem dos que nos procuram, nós não temos como dar conta de sair procurando, por isso é importante, todos os projetos que eu tenho encaminhado e a maioria dos projetos que os Deputados têm encaminhado aqui, é fruto de segmentos da nossa sociedade que trazem para a gente. Eu lembro que a Ana nos procurou e logo em seguida já marcamos a Audiência e já encaminhamos também, a coisa já começa a dar resultado. Essa questão do descumprimento, com certeza, se nós tivéssemos acompanhando já há mais tempo, se nós tivéssemos recebido que ele não vinha cumprindo nada do orçamento, com certeza, nós, pelo menos barulho aqui a gente fazia. Resolver, porque infelizmente eu não tenho como obrigar ele fazer, ele cumprir, o Executivo cumprir toda a obrigação dele, infelizmente eu não tenho. Mas denunciar e cobrar e criticar, com certeza isso eu posso e tenho feito. Por isso eu quero dizer que a nossa Assembleia, Doutor Gustavo, por mais, está aqui o nosso Dom Moacir, por mais que as pessoas tentem

querer que a nossa Assembleia é uma Casa de enganação, uma Casa da malandragem, por mais que alguns tentem fazer isso, a nossa Casa tem provado nos últimos anos, nos últimos anos, principalmente nesta Legislatura, depois que nós assumimos, a nossa Casa tem feito tudo de forma democrática, transparente. Não é isso, Deputado Adelino? Eu ouvi todos os segmentos, temos debatido tudo aqui nesta Casa e graças a Deus, Dom Moacir, a nossa Casa, é lógico que ainda está longe do ideal, mas para mudar a nossa Casa cem por cento nós temos que mudar toda, muitas coisas, não só na Assembleia, muitas coisas têm que mudar na prática política, nos costumes e na cultura política que nós temos no nosso país e no nosso Estado. Aqui nós temos procurado ir fazendo essas mudanças, e a nossa Casa, hoje, tem feito muito para o nosso Estado. Envergonha-me de nós não temos feito, infelizmente tem alguém que tenta colocar de qualquer forma que aqui tem bandido, que nós andamos enganando e roubando dinheiro do povo aqui, que é mentira, é mentira. E eu já falei, se provar que eu roubei um real desta Assembleia, eu renuncio ao meu mandato, não precisa ninguém me cassar. Se provarem que nós traímos trabalhador aqui nesta Casa, qualquer trabalhador, servidor deste Estado, trabalhador da área rural, qualquer segmento da sociedade que foi enganado aqui nesta Casa, eu também renuncio ao meu mandato. Aqui nós temos feito tudo de forma transparente, temos debatido, temos ajudado esse Governo, mesmo sem ele merecer, a Assembleia tem aprovado quase tudo o que ele tem pedido aqui nesta Casa. E graças a Deus, Deputado Adelino, nós temos a nossa consciência tranquila, mas nós temos que melhorar muito mais, isso sim, temos que melhorar cada dia mais. Mas, graças a Deus, a nossa Assembleia hoje não envergonha mais Rondônia, não envergonha. Nós estamos aqui, daqui a pouco nós vamos votar projetos de interesse dos trabalhadores e, se Deus quiser, quem vai ganhar, quem vai ganhar são os trabalhadores, não vai ser o Executivo, principalmente vetando projetos, projeto dos servidores da radiologia, direito que vocês têm na Constituição Federal. Os trabalhadores do Ministério Público, o que o Executivo tem a ver com o orçamento do Ministério Público? Ele tem que se preocupar com os trabalhadores que são de responsabilidade deles. Servidor do Ministério Público não é de responsabilidade do Executivo, por isso ele não teria nem que ter vetado, mas como ele vetou, nós vamos trabalhar, se Deus quiser, os nossos Deputados vão derrubar, como derrubaram o Veto aqui da Casa, que ele também tinha vetado o Plano dos Servidores aqui da Casa.

Agradecer o nosso doutor Gustavo, representante da OAB, obrigado, doutor Gustavo, por entrar, participar ativamente dessa luta dos Conselhos e dos Juizados, nessa luta e defesa dos direitos das nossas crianças; Marilene, que eu falei, antes você era representante dos estudantes, da UNI, da URES, agora você já é Conselheira do Conselho Municipal, Presidente do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente aqui de Porto Velho. E da nossa Ana, obrigado, Ana; obrigado Rubens, obrigado ao nosso Presidente do Sindicato dos trabalhadores do Ministério Público e obrigado, mais uma vez, ao nosso Dom Moacir, é um prazer muito grande, uma alegria muito grande o senhor estar aqui na nossa Casa. Obrigado a todos.

E neste momento eu declaro encerrada a Comissão Geral e retornaremos aos trabalhos da Sessão Ordinária.

(Às 17 horas e 42 minutos o Presidente transforma a Comissão Geral em Sessão Ordinária).

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) – Neste momento permanecem no Plenário apenas os Excelentíssimos Senhores Deputados.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu vou suspender a Sessão por cinco minutos, não por dez minutos, porque nós vamos ouvir aqui também o nosso representante da APAE, dez minutos. Está suspensa por dez minutos e depois retornaremos.

(Suspense-se a Sessão às 17 horas e 44 minutos e reabre-se às 17 horas e 50 minutos)

O SR. KAKÁ MENDONÇA (Presidente) – Está reaberta a Sessão. Encerradas as Breves Comunicações, passamos ao Grande Expediente. Não há oradores inscritos.

Senhores e Senhoras Parlamentares, conforme preceitua a alínea O, inciso I do artigo 14 do Regimento Interno, anunciarei a seguinte Ordem do Dia para esta Sessão: Veto Parcial nº 017, Veto Total nº 111, Veto Total nº 112, Veto Total nº 113, Veto Total nº 114, Veto Total nº 115, Veto Total nº 119/ Mensagem 274.

Encerrado o Grande Expediente, passamos às Comunicações de Lideranças. Não há Oradores inscritos. Encerradas as Comunicações de Lideranças, passamos à Ordem do Dia.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

O SR. JAKUES TESTONI (Secretário *ad hoc*) – Procede à leitura das proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO. Acrescenta os parágrafos 2º e 3º ao artigo 137 da Constituição do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Altera e modifica alínea “p” do inciso II do artigo 77 da Lei Complementar nº 680, de 07 de setembro de 2012.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO EDSON MARTINS. Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos da Escola Estadual de Ensino Especial – APACENE, localizada no município de Porto Velho.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Dispõe sobre a isenção do pagamento de tarifas nos serviços de transporte intermunicipal de passageiros no Estado de Rondônia para as pessoas com câncer e portadoras de doenças crônicas de natureza física ou mental que exijam tratamento continuado e cuja interrupção no tratamento possa acarretar risco de vida, e dá outras providências.

- REQUERIMENTO COLETIVO. Requer a concessão de Moção de Louvor aos Senhores Assembleístas Departamentais do Departamento do Beni-Bolívia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO. Requer à Mesa Diretora a realização de Audiência Pública no dia 05 de dezembro de 2013, às 15 horas, no município de Monte Negro, para debater sobre a agroindústria.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO E DEPUTADO LEBRÃO. Requer à Mesa Diretora que seja antecipada a data e alterado o local e a natureza da Audiência Pública que seria realizada no dia 08 de novembro do corrente ano, no município de Pimenteiras, para o dia 07 de novembro, em Cerejeiras, e que o assunto objeto da mencionada Audiência Pública seja tratado na Comissão Geral da Sessão Itinerante que será realizada em Cerejeiras.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO EDSON MARTINS. Requer seja encaminhado Voto de Louvor à professora Rosinéia de Jesus Porcel Marinho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Indica ao Senhor Governador do Estado, através da SESAU, sobre a necessidade de aquisição de 01 (um) aparelho de Mamografia para atender aos pacientes da Unidade Mista de Saúde do município de Ministro Andreazza.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Indica ao Senhor Governador do Estado através da DETIC – Diretoria Executiva de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado de Rondônia, sobre a necessidade de Implantação de Sistema para Ampliação do “Sinal de Telefonia Móvel”, no Distrito de: 1 - Rio Branco, município de Campo Novo; 2 – Distritos de Massangana e Campo Novo de Rondônia, município de Monte Negro.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Indica ao Senhor Governador do Estado para que seja incluso no PPA e LDO do orçamento do Estado para construção do asfalto que liga o município de Ministro Andreazza ao município de Rondolândia – MT.

(Às 17 horas e 55 minutos o senhor Kaká Mendonça passa a presidência ao senhor Hermínio Coelho)

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Indica ao Senhor Governador do Estado, através da DETIC – Diretoria Executiva de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado de Rondônia, sobre a necessidade de Implantação de Sistema para Ampliação do “Sinal de Telefonia Móvel”, no Distrito de Tarilândia, município de Jarú.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Indica ao Senhor Governador do Estado, através da DETIC – Diretoria Executiva de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado de Rondônia, sobre a necessidade de Sistema para Ampliação do “Sinal de Telefonia Móvel” nos Distritos de: 1 – Rondominas, município de Ouro Preto do Oeste; 2 – Distritos de Nova Colina e Nova Londrina, município de Ji-Paraná; 3 – Distritos de Estrela de Rondônia e Novo Riachuelo, município de Presidente Médici.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Indica ao Senhor Governador do Estado, através da DETIC – Diretoria Executiva de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado de Rondônia, sobre a necessidade de Sistema para Ampliação do “Sinal de Telefonia Móvel” nos Distritos de: 1 – Jacynópolis e Nova Dimensão, município de Nova Mamoré; 2 – Vista Alegre do Abunã, Extrema, Nova Califórnia, União Bandeirantes e Rio Pardo, município de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Indica ao Senhor Governador do Estado, através da DETIC – Diretoria Executiva de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado de Rondônia, sobre a necessidade de Sistema para Ampliação do “Sinal de Telefonia Móvel” no Distrito de: 1 – São Domingos, município de Costa Marques; 2 – Distritos de: Bom Sucesso e Novo Planalto, município de Seringueiras e 3 – Distrito de Querência do Norte, município de Primavera do Oeste, 4 – Distrito de Novo Plano, município de Chupunguaia.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Indica ao Senhor Governador do Estado que interceda junto a EMATER sobre a necessidade de adquirir mudas de Café Clonal para atender aos agricultores do município de Ministro Andreazza.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado sobre a necessidade de viabilizar junto ao DER – Departamento de Estradas de Rodagem e aos Programas Estaduais de Apoio a Recuperação e Manutenção da: 1- Linha 03, Serra do Valério, trecho 25 km; 2 – Travessão do Jaliu, trecho de 12 km; 3 – Estrada do Zé Goiano, trecho de 12 km; 4 – Travessão do Agnaldo, Linha 03, Linha 04, trecho de 04 km, na área rural, do município de Ministro Andreazza.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO. Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para a Secretaria Estadual de Saúde – SESAU, a necessidade de readequação dos valores praticados por sessão de hemodiálise.

– INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO. Indica ao Senhor Governador do Estado a necessidade de implantação e construção de um posto avançado da Polícia Militar no distrito de Três Coqueiros, município de Campo Novo de Rondônia.

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA EPIFÂNIA BARBOSA. Indica ao Poder Executivo Estadual, com cópia ao Departamento de Obras, Estradas de Rodagem e Transporte, a necessidade de asfaltamento de 100 metros na Rua Açaí, onde dá acesso ao posto de saúde e Escola Municipal Areal da Floresta, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA EPIFÂNIA BARBOSA. Indica ao Poder Executivo Estadual, com cópia ao Departamento de Obras, Estradas de Rodagem e Transporte, a necessidade de providenciar dois quebra-molas (reductor de velocidade) na Rodovia 010, Linha 25, entre o trecho da Igreja Cristã do Brasil e Pamonharia, no município de São Miguel do Guaporé.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO EDVALDO SOARES. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia a

construção de uma quadra coberta e instalação de condicionador de ar nas salas de aula da Escola Estadual de Ensino Fundamental Beatriz Ferreira da Silva, localizada no município de Ji-Paraná.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO EDVALDO SOARES. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia sobre a necessidade de interceder junto ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER, para a Estadualização do Travessão Municipal, que inicia no distrito de Nova Londrina, município de Ji-Paraná, passando pelo município de Presidente Médici, terminando na Linha 90, município de Alvorada do Oeste.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO EDVALDO SOARES. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia à ELETROBRAS Distribuição Rondônia, a necessidade da instalação de uma subestação de energia elétrica no Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos – CEEJA, no município de Presidente Médici.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Indica ao Governo do Estado, com cópia ao DETRAN, que sejam divulgados os veículos objetos de furto ou roubo recuperados pelos órgãos de Trânsito e de Segurança do Estado de Rondônia, por meio da criação de um site específico à divulgação na rede mundial de computadores.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO KAKÁ MENDONÇA. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia a necessidade de implantação do Sistema Nacional de Empregos – SINE para o município de Espigão do Oeste/RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO NEODI. Indica ao Senhor Governador do Estado, com cópia à SEJUS, a disponibilização de um veículo para atender as necessidades do presídio de Machadinho do Oeste/RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO. Indica ao Senhor Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes do Estado de Rondônia sobre a necessidade de realizar a reabertura e o encascalhamento das ruas dos bairros Rota do Sol e Bom Jesus, no município de Ariquemes.

Lidas as proposições recebidas, senhor Presidente.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Questão de Ordem, senhor Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, líder.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Gostaria de pedir a verificação de quórum porque tem os Vetos para serem apreciados, nós temos que ter quórum qualificado. Gostaria que Vossa Excelência fizesse a abertura do painel.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Está ok. Vamos fazer a verificação de quórum.

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

- Deputado Adelino Follador - presente
- Deputado Adriano Boiadeiro - ausente

- Deputada Ana da Oito - presente
- Deputado Cláudio Carvalho - presente
- Deputado Edson Martins - ausente
- Deputado Edvaldo Soares - presente
- Deputada Epifânia Barbosa - ausente
- Deputado Euclides Maciel - presente
- Deputado Flávio Lemos - ausente
- Deputada Glaucione - ausente
- Deputado Hermínio Coelho - presente
- Deputado Jaques Testoni - presente
- Deputado Jean Oliveira - presente
- Deputado Kaká Mendonça - presente
- Deputado Lebrão - presente
- Deputado Luiz Cláudio - presente
- Deputado Luizinho Goebel - ausente
- Deputado Marcelino Tenório - ausente
- Deputado Maurão de Carvalho - presente
- Deputado Neodi - presente
- Deputado Ribamar Araújo - presente
- Deputado Saulo Moreira - presente
- Deputado Valdivino Tucura - presente
- Deputado Zequinha Araújo - presente

Temos 17 Deputados presentes.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, Questão de Ordem?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Jean.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, como nós tivemos aqui a interrupção da Sessão Ordinária para abriremos a Comissão Geral, para ouvirmos várias pessoas, inclusive a Assembleia Legislativa Boliviana, tivemos uma discussão ampla em torno de vários assuntos, eu acabei não podendo falar. E com poucas palavras eu gostaria de dizer uma coisa, senhor Presidente, queria pedir a atenção dos colegas.

Deputada Ana da Oito, Vossa Excelência que é Presidente da Comissão de Saúde, ocorreu, recentemente, um acidente que resultou na morte de 14 crianças no Hospital Cosme e Damião e até agora esta Casa não tomou posição nenhuma sobre o fato e não podemos deixar passar batido. Não pode, senhor Presidente. Nós temos situações menores ocorrendo neste Estado que está se dando todo trabalho de investigação, toda busca possível para apurar vários detalhes de coisas pequenas que ocorrem neste Estado. E quando se fala na morte de 14 crianças, as quais a Assembleia nem sequer ouviu os familiares. Eu acho que a Casa tem que abrir para receber os pais dessas crianças. Eu queria dizer, senhor Presidente, que a Casa teria que abrir a oportunidade para que os pais dessas crianças possam falar o que ocorreu. Eu acho que a Assembleia tem que abrir uma investigação, Deputado Cláudio Carvalho. Eu penso em três pontos. Penso no ponto da administração do hospital, se houve, do hospital não, administração da Secretaria, se houve negligência por parte dos gestores. E aí eu digo negligência no sentido de algum equipamento já em fase de descarte e o hospital mantinha ele. Nós temos que analisar a negligência dos gestores da SESAU, temos que analisar a negligência do servidor do hospital e temos que investigar também a alimentação, porque

pode ser infecção por gênero alimentar. Então eu acho que nós temos que abrir uma investigação, Presidente. Nós não podemos nos calar sobre um fato como esse. Por muito menos, Deputado aqui foi esculachado em rede nacional. Nós temos situações de várias pessoas respondendo cível, administrativamente e criminalmente por fatos muito menores. Vai passar ileso, agora, essa morte dessas 14 crianças? Nós não vamos conseguir remediar o coração das famílias, Deputado Cláudio Carvalho, mas nós temos que fazer justiça. E é isso, eu acredito que esta Casa tem que tomar postura.

O Sr. Cláudio Carvalho – Eminente Deputado, me permite um aparte?

O SR. JEAN OLIVEIRA – Por favor, Deputado Cláudio Carvalho.

O Sr. Cláudio Carvalho – Eminente Deputado Jean, eu fico feliz por vossa preocupação, mas gostaria de comunicar ao eminente Deputado que esta Casa não ficou parada. No momento que eu fui procurado por várias pessoas, que me ligaram questionando essas mortes, pedindo que nós tomássemos providências, eu até fui entrevistado por uma rede de televisão aqui do nosso Estado. Foi encaminhada uma Indicação do meu gabinete, do Deputado que vos fala agora, pedindo, e foi aprovado aqui uma Indicação, encaminhando à Comissão de Saúde desta Casa para que tome providência. E agora há pouco eu conversei com o Secretário Legislativo, ele disse que a Deputada Presidente da Comissão de Saúde deve estar recebendo de hoje para amanhã essa Indicação, onde eu não tenho dúvida que a Comissão de Saúde precisa, de posse dessa recomendação que nós fizemos, abrir um procedimento investigatório aonde nós podemos chegar à conclusão se houve negligência do hospital e, ainda, também dizendo que foi já tomado providência pela Secretaria de Saúde no sentido que eles transferiram a UTI do Hospital de Base para o Hospital Cosme e Damião. Então, a primeira preocupação que eu tive, que me parece que essa, de imediato, pelo menos tomaram a providência de tirar a UTI de onde disseram que pegou essa infecção, essa bactéria e passou para o Cosme e Damião. E a Indicação foi feita e eu espero que a Comissão de Saúde desta Casa tome as providências o mais rápido possível. E emungo com vossa preocupação e agradeço o aparte, eminente Deputado.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, eu peço que a Casa tome providências nesse assunto, não pensando como oposição fiscalizar e como situação passar a mão no, pelo quando tem que passar, a situação não tem que concordar com isso, eu não apoio o Governo com o sentido de absolver qualquer tipo de culpa de pessoas que deixaram por negligência a morte de 14 crianças. Eu ouvi, eu ouvi, Presidente, não posso falar, mas eu ouvi que o responsável pelo hospital disse que duas crianças haviam falecido por questão de infecção e as outras 12 haviam morrido por questão natural, por infarto, por parada cardíaca, crianças morrendo por isso, mas achei estranho 12 crianças morrerem no mesmo dia, eu acho muito estranho, nunca tinha ouvido isso.

O Sr. Adelino Follador – Permita-me um aparte?

O SR. JEAN OLIVEIRA – Deputado Adelino Follador com o aparte.

O Sr. Adelino Follador – Quero parabenizar o Deputado Jean por este pronunciamento, uma coisa que preocupa muito, o Deputado Cláudio falou, nós questionamos, foi falado muito nas sessões logo que aconteceu o fato e com certeza deve ser apurado. Eu tenho certeza que qualquer pessoa, seja o Secretário de Saúde, seja o Governador, seja o responsável pelo hospital, tem interesse em esclarecer para ver quem é o responsável.

Então, eu acho que nós não temos que nos omitir, não é problema de ser oposição, situação, é problema de você ter bom senso e zelar por aquilo que é justo e nós hoje temos que dar condições, analisar, se tiver responsável tem que ser punido, com certeza, e a Casa aqui não foi omissa e nós estamos aí à disposição da Comissão de Saúde para reunir, ouvir as pessoas, para que a gente consiga detectar o que de fato aconteceu. É uma coisa que chamou a atenção não só dentro do Estado de Rondônia, mas também fora do Estado a morte de 14 crianças dentro de pouco tempo dessa maneira. Obrigado.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Obrigado, Deputado Adelino Follador. Sr. Presidente, encerro dizendo aqui, não podemos deixar passar ileso se existir alguém responsável pela morte dessas 14 crianças. Nós temos que tomar providências, até porque a Assembleia é o poder de representação da sociedade. Nós temos que fiscalizar até para que amanhã ou depois não existam mais incidentes como esses que aconteceram.

Sr. Presidente, encerro as minhas palavras pedindo que a Mesa Diretora tome providências junto à Comissão de Saúde, se for o caso, se for necessidade montarmos aqui uma Comissão Especial para averiguar mais profundamente a real situação. Muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Jean, obrigado por ter trazido este assunto à nossa tribuna e quero pedir aqui para que a Casa veja a forma que tem que fazer, se é através da Comissão já específica da Saúde ou se deve criar uma nova Comissão para que a Assembleia faça o papel dela de investigar, no mínimo chamar o diretor do hospital, o Secretário de Saúde, pedir aí para a Assembleia encaminhar, o Manvailer vai dar encaminhamento, Deputado Jean. Eu espero que vocês da Comissão também façam o trabalho para dar uma resposta.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Sr. Presidente, eu não sei como é que está a pauta, mas poderia inverter a pauta e colocar esse veto do Ministério Público para votar logo para dispensar o pessoal aí. Gostaria que V. Ex^a. analisasse para ver a possibilidade de votar logo agora no começo.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Sim, vão ser votados os vetos porque os vetos estão trancando a pauta.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Coloca primeiro esse do Ministério Público, porque o pessoal está na expectativa. Gostaria de inverter a pauta para facilitar mais.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Está bem. Solicito ao nosso Secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. JAQUES TESTONI (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO EDSON MARTINS. Requer seja encaminhado Voto de Louvor à Professora Rosinéia de Jesus Porcel Marinho.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários de manifestem.

Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. JAQUES TESTONI (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO – DEPUTADO HERMÍNIO COELHO e DEPUTADO LEBRÃO. Requer à Mesa Diretora seja antecipada a data e alterado o local e a natureza da Audiência Pública que seria realizada no dia 08 de novembro do corrente ano no município de Pimenteiras, para o dia 07 de novembro, em Cerejeiras, e que o assunto objeto da mencionada Audiência Pública seja tratado na Comissão Geral da sessão itinerante que será realizada em Cerejeiras.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários de manifestem.

Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. JAQUES TESTONI (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO. Requer à Mesa Diretora a realização de Audiência Pública no dia 05 de dezembro de 2013, às 15:00 horas, no município de Montenegro, para debater sobre a agroindústria.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários de manifestem.

Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. JAQUES TESTONI (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO COELTIVO – Requer a concessão de Moção de Louvor aos senhores Assembleístas Departamentais do Departamento do Beni, Bolívia.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o requerimento que requer Moção de Louvor aos Senhores Deputados do Departamento do Beni, Bolívia. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários de manifestem.

Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. JAQUES TESTONI (Secretário ad hoc) – VETO TOTAL Nº 115/2013 DO PODER EXECUTIVO – MENSAGEM 245. Veto Total ao Projeto de Lei Complementar Nº 139/13, do Ministério Público, que “Dispõe sobre a correção de distorções

remuneratórias do Ministério Público do Estado de Rondônia – MP-RO, e dá outras providências”.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Solicito ao Deputado Euclides dar o parecer.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Mensagem 245 - Veto Total nº 115/2013. Veto Total ao Projeto de Lei Complementar 139/13. O nosso parecer é pela rejeição do veto, Sr. Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o parecer do deputado Euclides que é pela rejeição do veto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários de manifestem.

Está aprovado o parecer que é pela derrubada do veto.

Em discussão o veto. Deputado Neodi para discutir.

O SR. NEODI – Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse veto ao projeto do Ministério Público que trata da questão dos servidores do Ministério Público, esse projeto é aquele, senhor Presidente, que eu reclamei no dia que foi votado porque esse projeto não passou pela Comissão. E a preocupação da gente era justamente isso, não prejudicar os funcionários do Ministério Público, que eu pedi que não fosse colocado em votação aqui na Casa sem passar pela Comissão. Se nós tivéssemos passado pela Comissão tinha sido corrigido o erro que tinha e tinha evitado esse veto, e com certeza eu vou votar aqui hoje pela derrubada do veto, mas ainda, mesmo nós derrubando o veto, nós corremos o risco de prejudicar os funcionários. Eu acho que o nosso papel aqui é realmente quando vem um projeto que vai beneficiar os servidores, seja do Ministério Público, seja do Poder Executivo, seja do Poder Judiciário, é fazermos o nosso papel aqui para não prejudicar, para ajudar, porque se o Ministério Público está dando um aumento, está fazendo uma reavaliação e melhorando as condições dos funcionários, nós temos a obrigação e o dever de apoiar esses projetos.

Então, eu só quero aqui registrar que no dia que eu reclamei aqui justamente era que a gente sabia que tinha esse erro. Então, muitas vezes a gente precisa apreciar melhor as coisas aqui, Deputado Ribamar, para que a gente não cometa erros aqui na ânsia de ajudar acabar prejudicando. Então, eu só quero deixar registrado isso, que o dia que eu fiquei indignado, que eu falei, que eu pedi para que não colocasse aquele projeto na votação na minha ausência, e infelizmente no dia eu não estava aqui, eu estava com problema de saúde, foi colocado o projeto em votação e foi aprovado o projeto que causou aí esse veto do Governo.

Mas pode ter certeza que eu vou votar com os servidores, eu vou votar pela derrubada do veto, mas ainda, assim mesmo, nós corremos o risco de prejudicarmos os funcionários do Ministério Público e não é essa a nossa vontade, não é esse o nosso entendimento. Então, eu só queria deixar registrado aqui que muitas vezes nós precisamos ter mais cuidado na aprovação dos projetos quando se trata desse tipo de projeto como foi esse.

Muito obrigado.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Presidente para discutir.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Com a palavra o deputado Cláudio, e depois Vossa Excelência, Deputado Kaká.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Senhor Presidente, desde quando cheguei nesta Casa e acompanho aqui os nossos Deputados aqui e cobrei também que esse projeto fosse discutido. Mas esse veto não foi o Governador que vetou por causa disso, não, quantos projetos a gente não vota chega aqui e a pedido do próprio Governo a gente vota dando o parecer aqui na tribuna, senhor Presidente, inúmeros, a questão do veto não foi por causa disso, porque tem projeto que chega do Executivo aqui, a gente vota no mesmo dia dando o parecer aqui na tribuna, eu mesmo discordando. A derrubada do veto se deu porque realmente o Governo não concordou com a aprovação do referido projeto, por isso eu sei da vossa preocupação, eminente Deputado Neodi, e concordo com essa preocupação, mas o motivo do veto não se deu pelo fato de não ter passado nas Comissões, pelo contrário, quando o Governo quer, manda e no mesmo dia chega, é lido e aprova, quando é de interesse dele ele não veta, ele vetou porque não é de interesse dele, esse projeto é de interesse dos funcionários públicos. Portanto, votei a primeira vez e deixo aqui o registro do meu voto para a derrubada do veto. Tenho dito Senhor Presidente.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Presidente, uma Questão de Ordem.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – É sim para derrubar?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Para derrubar é não.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Para derrubar é não, para manter é sim?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – É sim.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Então tá, eu quero aqui compartilhar.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Precisa de treze votos.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Eu quero aqui, como líder do Governo, compartilhar com o Deputado Neodi o seu raciocínio. Olha bem, toda mensagem que vem de qualquer Poder ou instituição, como aconteceu com a da Assembleia, como acontece com o do Governo que tem orçamento próprio, que é mensagem que vem para equilibrar, para melhorar, para qualificar, para fazer tudo aquilo que os servidores, cada um dos seus poderes e instituições, podem ter esta Casa sempre na ânsia, como disse o Deputado Neodi, de ajudar e de votar favorável, às vezes acaba prejudicando em algum sentido. Mas eu tenho dito isso para o Governador, que eu sempre tenho brigado aqui às vezes para manter o veto, quando é algum projeto que é inconstitucional, que não tem autonomia de que o Governo possa sancionar, mas quando o projeto vem de

interesse à categoria, vem de interesse ao servidor público, esta Casa sempre tem votado favorável.

Então, eu votei favorável quando essa mensagem chegou aqui para dar com certeza pelo relevante trabalho que os servidores do Ministério Público fazem cada um na sua função, porque sem os servidores do Ministério Público, o Ministério Público de Rondônia não seria forte do jeito que é, grande do jeito que é. Então, como líder do Governo, eu quero pedir para a base acompanhar e a gente derrubar o veto para poder beneficiar esses servidores aí que com certeza merecem como o da Assembleia Legislativa fizemos e como todos os outros órgãos fizeram também. Então, meu voto também é pela derrubada do veto.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Uma Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Adelino.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu quero dizer que nós já votamos pela derrubada do veto e que jamais votamos contra os servidores e assumi um compromisso com o pessoal do Ministério Público na primeira votação, estou votando na segunda, eu acho que o Deputado Neodi, quando falou que poderia ter aguardado, não é questão de você fazer alguma alteração para evitar, muitas vezes na Comissão pode corrigir os projetos e evitar qualquer transtorno lá na frente.

Então, eu acho que o Deputado Neodi estava certo, acho que sempre que puder passar pelas Comissões é importante, não digo que muitas vezes a gente sempre pede para incluir na pauta porque surgem projetos que têm que ter urgência e não pode ser aguardado. Mas eu quero dizer que os servidores podem ficar satisfeitos porque esta Casa com certeza todo mundo vai pela derrubada do veto. Um abraço a todos. Obrigado.

A SRA. ANA DA OITO – Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputada.

A SRA. ANA DA OITO – Meu nome não está aparecendo aí, não, mas o meu voto é não.

O SR. ZEQUINHA ARAÚJO – Uma Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Zequinha.

O SR. ZEQUINHA ARAÚJO – Eu quero votar contra o veto, já votei contra o veto porque eu sou favorável ao Governador Confúcio Moura. Obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Mas Vossa Excelência votou contra o Governador.

O SR. ZEQUINHA ARAÚJO – Porque, deixa eu explicar, então. Eu sou favorável ao projeto, esse projeto veio para cá para ser

votado, a gente diz não porque fica favorável ao projeto normal, é o que veio mesmo antes, nós aprovamos e agora nós estamos reaprovaando novamente.

O SR. EDVALDO SOARES – Uma Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. EDVALDO SOARES – Desculpe-me, senhor Presidente, apenas para concordar com que o Deputado Kaká falou. A verdade não é votar contra o Governador, na verdade é votar contra aquilo que foi votado aqui que na verdade, como disse o Deputado Neodi, deveria ser melhor avaliado, estava conversando com o Deputado Kaká, parece que pegam um negócio e jogam no nosso colo para a gente resolver. Então, por isso, a gente está votando pela derrubada do veto porque neste momento nós votarmos a favor ou contra o Governador, votar a favor do servidor público.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu queria só dizer que primeiro esse projeto passou mais de mês aqui na Casa, e no dia, Deputado Neodi, Vossa Excelência que era o relator, o Deputado Neodi, pediu para que retirasse da pauta, mas aí tanto os trabalhadores como alguns Deputados pediram para colocar na pauta.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Não, o próprio Ministério Público pediu, na época, inclusive ele ligou para a gente pedir, e o Deputado Neodi não estava na Casa, mas já estava demorando, o prazo já tinha passado e com certeza nós pedimos para incluir na pauta. Foi, na época, o pedido do próprio Ministério Público, eu concordo, Deputado Neodi, que tenha essa questão, passou e talvez não poderia corrigir e ia ser vetado do mesmo jeito. Então, também não ia resolver, mas tem muito projeto que se puder analisar nas Comissões isso que eu falei teria chance de você corrigir, talvez melhorar o projeto nas Comissões, sempre que puder passar nas Comissões, o Deputado Neodi tem toda razão. Obrigado.

O SR. NEODI – Uma Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Neodi.

O SR. NEODI – Só fazendo uma correção aqui, senhor Presidente, o projeto, ele não estava vencido na Casa, inclusive nem estava vencido e nem estava vencendo na Comissão de Constituição e Justiça para ir para Finanças e Orçamento. Como eu sou Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento e todas as terças-feiras nós nos reunimos, então por isso que eu reclamei, até porque eu tinha visto o projeto antes e a gente sabia que estava fazendo uma correçãozinha. Mas estamos aqui hoje derrubando o veto do Governador. O que eu questionei aqui e que nós poderíamos ter evitado isso aqui e ter aprovado o projeto, feito a correção na hora de aprovar, porque é um projeto importante, cabe ao Ministério Público, é um benefício aos funcionários e que realmente é muito importante, se não fosse importante os funcionários não estariam aqui hoje pedindo a derrubada do veto. Com certeza, está aí postado no painel aqui da Casa, unanimidade, 16 votos, dezesseis Deputados

presentes, os dezesseis votos, senhor Presidente, pela derrubada do veto. Parabéns a todos os nossos colegas.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Neodi. E quero dizer, Deputado Edvaldo, que aqui todos os projetos, principalmente projetos do Governo, os projetos do Executivo nós tínhamos aprovados aqui muito rápido, como eu lhe falei, não tem demora. E outra coisa, o Ministério Público faz o projeto, negocia com os trabalhadores, manda o projeto para cá, conseguindo uma defasagem salarial que os trabalhadores tinham aí de anos, repondo essa defasagem, Adelino, manda para cá, cabe a nós o quê? Aprovar. Aí a gente aprova e o Executivo vai e veta. Eu já falei: o Executivo não tem nada a ver com o dinheiro do Ministério Público e nem da Assembleia Legislativa, não tem nada a ver, não sei por quê o Confúcio Moura fica insistindo em vetar esses projeto que não têm nada a ver com o Executivo, isso é problema do Ministério Público. Por isso, Edvaldo, muitas vezes eu não consigo entender por quê. Porque, como eu lhe falei, eles fazem um projeto, mandam para cá, o Governo veta e se nós acatarmos o veto, sabe o que vai acontecer? Nós é que somos ruins, nós que fomos contra os trabalhadores do Ministério Público. Por exemplo, nós estamos fazendo o mínimo da nossa obrigação, porque se eles mandaram para cá o projeto, cabe a nós, eles mandam dando aumento para o trabalhador e nós vamos chegar e dizer: - não, não pode dar. Como é que a gente vai fazer isso, Deputado Maurão?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO - É verdade, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Nós estamos fazendo o nosso papel. Agora, se alguém acha que é inconstitucional, se o Governo acha que é inconstitucional, é problema dele, ele que entre na Justiça para anular a lei que eles mandaram, eles que mandaram para cá e nós estamos aprovando.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Ele está vetando o projeto que nós estamos votando aqui dentro do orçamento do Ministério Público. Então, o Ministério Público, ele tem autonomia, pode aprovar, nós não estamos aqui fazendo mais do que a obrigação de votar, porque o orçamento deles é do Ministério Público, portanto eu não vejo porque não votar. Então, está aí o painel, 16 votos, e nós estamos votando conscientes que realmente o orçamento é do Ministério Público e eu acho que o Governo deve ter alguém assessorando mal para que ele vete um projeto desses que é orçamento próprio do Ministério Público. Então, eu não vejo porque não votar um projeto desses.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Eu gostaria de dar uma sugestão, Presidente, de que se cumprisse o Regimento, já foi votado, diga o resultado da votação, não cabe mais discussão.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Viu, Deputado Ribamar, eu acho que a discussão talvez está cansando e nós temos muita coisa para votar, mas tem coisa que eu acho que é importante ser esclarecida justamente porque nós não temos só esse projeto, temos outros projetos que vêm aí atrás desse aí que são bem parecidos com este.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Nós precisamos ver, deputado Ribamar, que nós não estamos descumprindo o Regimento, agora o projeto está sendo discutido, votado e discutido. Sim, mas nós vamos declarar, mas deixa os Deputados, eu acho que nós não estamos ferindo o Regimento. Os Deputados...

O SR. RIBAMAR ARAÚJO - Eu estou pedindo para cumprir o Regimento, eu não estou pedindo nada, absolutamente nada fora isso. Agora, aqui toda hora se descumpe o Regimento.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – O painel já está à disposição

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- não
- Deputado Adriano Boiadeiro	- ausente
- Deputada Ana da Oito	- não
- Deputado Cláudio Carvalho	- não
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Edvaldo Soares	- não
- Deputada Epifânia Barbosa	- ausente
- Deputado Euclides Maciel	- não
- Deputado Flávio Lemos	- ausente
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- não
- Deputado Jaques Testoni	- não
- Deputado Jean Oliveira	- não
- Deputado Kaká Mendonça	- não
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Luiz Cláudio	- não
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- não
- Deputado Neodi	- não
- Deputado Ribamar Araújo	- não
- Deputado Saulo Moreira	- não
- Deputado Valdivino Tucura	- não
- Deputado Zequinha Araújo	- não

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – *Encerrada a votação com 16 votos NÃO. Está rejeitado o veto no projeto. Está aprovado. Vai ao Expediente.*
Próxima matéria.

O SR. JAQUES TESTONI (Secretário ad hoc) – VETO TOTAL 119/13 DO PODER EXECUTIVO - MENSAGEM 274. Veto Total ao Projeto de Lei Complementar nº 143/13, de autoria do Deputado Hermínio Coelho, que "Acrescenta dispositivo à Lei Complementar 68, de 9 de dezembro de 1992".

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Kaká para dar o parecer.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Presidente, meu parecer é contrário ao veto. Primeiro porque eu fiz compromisso com a categoria e nós estamos nada mais do que cumprindo com a Constituição Federal. Então, sou de parecer contrário ao veto.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Kaká. Em discussão o parecer contrário ao veto do Deputado Kaká. Não havendo quem queria discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer que é pela derrubada do veto.

Em discussão e votação única o veto. Quem votar Não é pela derrubada do veto, SIM é manutenção do veto. A orientação do líder Kaká é para derrubar o veto.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Deputado Hermínio, é um compromisso que nós assumimos com o pessoal da radiologia, com certeza estamos cumprindo aí e votando favorável ao veto.

O SR. JEAN DE OLIVEIRA – Presidente, quero deixar claro aqui nos anais desta Casa que essa não será a primeira nem a última vez que nós vamos ter que entrar com metas legislativas para assegurar o direito do servidor da Saúde. Uma vez que a pessoa que está lá, acha que o servidor é robô, não respeita o servidor como ele tem que ser. Por isso eu quero dizer que a SESA não adianta tomar medidas que esta Casa aqui vai defender o servidor naquilo que o servidor tem direito. Por isso que hoje é louvável, Deputado Kaká, Vossa Excelência, como líder, estava tomando a medida correta em encaminhar o voto pela derrubada do veto.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Jean. O painel já está à disposição.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- não
- Deputado Adriano Boiadeiro	- ausente
- Deputada Ana da Oito	- não
- Deputado Cláudio Carvalho	- não
- Deputado Edson Martins	- não
- Deputado Edvaldo Soares	- não
- Deputada Epifânia Barbosa	- ausente
- Deputado Euclides Maciel	- não
- Deputado Flávio Lemos	- ausente
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- não
- Deputado Jaques Testoni	- não
- Deputado Jean Oliveira	- não
- Deputado Kaká Mendonça	- não
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Luiz Cláudio	- não
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- não
- Deputado Neodi	- não
- Deputado Ribamar Araújo	- não
- Deputado Saulo Moreira	- não
- Deputado Valdivino Tucura	- ausente
- Deputado Zequinha Araújo	- não

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – *Encerrada a votação. Com 16 votos NÃO, está rejeitado o veto. Vai ao Expediente.*

Próxima matéria.

O SR. JAQUES TESTONI (Secretário ad hoc) - VETO PARCIAL 17/13 DO PODER EXECUTIVO - MENSAGEM 239. Veto parcial ao Projeto de Lei nº 798/13 de autoria do Deputado Lebrão que “Autoriza o Poder Executivo do Estado de Rondônia a implantar Posto de entrega Voluntária de medicamentos sob os riscos ambientais causados por descarte incorretos desses produtos”.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Euclides para dar o parecer aqui no veto.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Sr. Presidente, essa mensagem 239, do veto Parcial 017/13, consta como tenha vícios e é inconstitucional, com isso o nosso parecer é favorável ao veto Sr. Presidente, ou seja, a manutenção do veto.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o Parecer que é pela manutenção do Veto do Deputado Euclides. Os Deputados favoráveis pela manutenção do veto permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer.

Em votação o Veto. A orientação é que votem SIM.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Uma Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Adelino.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Quero aproveitar este momento e dizer que esta semana, hoje, recebi vários Prefeitos aqui em meu gabinete e o Governo do Estado a mesma coisa, com certeza os funcionários cobram muito do Executivo, seja municipal ou seja estadual, mas o Governo federal é o grande responsável por boa parte da situação hoje dos servidores do Estado todo, tanto municipal como estadual têm dificuldade hoje com a falta de repasse do Governo federal por ter baixado muito FPM e FPE. Então, eu quero deixar registrado aqui, dizer que o Executivo, seja municipal e estadual, estão enfrentando uma situação, uma situação muito difícil no Brasil todo, não é só em Rondônia. Obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Adelino. O painel já está à disposição.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	– sim
- Deputado Adriano Boiadeiro	- ausente
- Deputada Ana da Oito	– ausente
- Deputado Cláudio Carvalho	- sim
- Deputado Edson Martins	– sim
- Deputado Edvaldo Soares	- sim
- Deputada Epifânia Barbosa	– ausente
- Deputado Euclides Maciel	– sim
- Deputado Flávio Lemos	– ausente
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	– sim
- Deputado Jaques Testoni	– sim
- Deputado Jean Oliveira	– sim
- Deputado Kaká Mendonça	– sim

- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Luiz Cláudio	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	– ausente
- Deputado Marcelino Tenório	– ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	– ausente
- Deputado Neodi	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	– sim
- Deputado Saulo Moreira	– sim
- Deputado Valdivino Tucura	– sim
- Deputado Zequinha Araújo	- sim

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - *Encerrada a votação. Com 15 votos SIM, está acatado o Veto Parcial do Executivo. Vai ao expediente.*

Próxima matéria.

O SR. JAQUES TESTONI (Secretário ad hoc) – VETO TOTAL nº 111/13 PODER EXECUTIVO - MENSAGEM 238. Veto Total ao Projeto de Lei Complementar nº 110/13, de autoria da Mesa Diretora que “Dá nova redação ao § 2º do art. 73, da Lei Complementar nº 326, de 10 de novembro de 2005”.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o parecer das Comissões. Peço ao Deputado Edson Martins dar o parecer pelas Comissões.

O SR. EDSON MARTINS – Presidente, trata-se do Veto Total ao Projeto de Lei Complementar nº 110/13. O nosso voto é pela manutenção do veto, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o Parecer, que é pela manutenção do veto, emitido pelo Deputado Edson. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer do Deputado Edson que é pela manutenção do Veto.

A liderança pede para votar pela manutenção. O painel já está à disposição.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	– sim
- Deputado Adriano Boiadeiro	- ausente
- Deputada Ana da Oito	– sim
- Deputado Cláudio Carvalho	- sim
- Deputado Edson Martins	– ausente
- Deputado Edvaldo Soares	- sim
- Deputada Epifânia Barbosa	– ausente
- Deputado Euclides Maciel	– ausente
- Deputado Flávio Lemos	– ausente
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	– sim
- Deputado Jaques Testoni	– sim
- Deputado Jean Oliveira	– sim
- Deputado Kaká Mendonça	– sim
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Luiz Cláudio	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	– ausente
- Deputado Marcelino Tenório	– ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	– sim
- Deputado Neodi	- sim

- Deputado Ribamar Araújo – ausente
- Deputado Saulo Moreira – sim
- Deputado Valdivino Tucura – ausente
- Deputado Zequinha Araújo – sim

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - *Encerrada a votação. Com 13 votos SIM, está mantido o Veto. Vai ao expediente.*

Próxima matéria.

O SR. JAKES TESTONI (Secretário ad hoc) – VETO TOTAL nº 112/13 PODER EXECUTIVO - MENSAGEM Nº 236. Veto Total ao Projeto de Lei nº 818/13, de autoria do Deputado Flávio Lemos que “Dispõe sobre a realização do exame DNA na rede hospitalar pública”.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – O Projeto está sem Parecer. Solicito ao deputado Edson dar o parecer pela Comissão.

O SR. EDSON MARTINS – Senhor Presidente, esse projeto apresenta indícios de inconstitucionalidade e o nosso relatório é pela manutenção do veto.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Edson. Em discussão o Parecer favorável que é pela manutenção do veto, do Deputado Edson.

Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer.

Em discussão e votação única. A orientação da liderança é para que votem mantendo o veto. Sim. O painel está à disposição.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador – sim
- Deputado Adriano Boiadeiro – ausente
- Deputada Ana da Oito – sim
- Deputado Cláudio Carvalho – não
- Deputado Edson Martins – sim
- Deputado Edvaldo Soares – sim
- Deputada Epifânia Barbosa – ausente
- Deputado Euclides Maciel – ausente
- Deputado Flávio Lemos – ausente
- Deputada Glaucione – ausente
- Deputado Hermínio Coelho – sim
- Deputado Jakes Testoni – sim
- Deputado Jean Oliveira – sim
- Deputado Kaká Mendonça – sim
- Deputado Lebrão – ausente
- Deputado Luiz Cláudio – sim
- Deputado Luizinho Goebel – ausente
- Deputado Marcelino Tenório – ausente
- Deputado Maurão de Carvalho – sim
- Deputado Neodi – sim
- Deputado Ribamar Araújo – ausente
- Deputado Saulo Moreira – sim
- Deputado Valdivino Tucura – ausente
- Deputado Zequinha Araújo – sim

O SR. HERMÍNIO COELHO (Coelho) – *Votação encerrada. Com 13 votos favoráveis e 01 não. Está acatado o veto. Vai ao expediente.*

Próxima matéria.

O SR. JAKES TESTONI (Secretário ad hoc) – VETO TOTAL nº 113/13 PODER EXECUTIVO - MENSAGEM Nº 237. Veto Total ao Projeto de Lei nº 917/13, de autoria do Deputado Hermínio Coelho que “Institui tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Estado de Rondônia nas contratações públicas, no âmbito da administração estadual direta e indireta”.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Solicito o Deputado Jean para relatar.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Senhor Presidente, eu vejo esse projeto uma oportunidade para aqueles que estão iniciando, para o pequeno. No meu primeiro ano de mandato, eu entrei com um projeto aqui nesta Casa, Decreto Legislativo, pedindo a criação da frente parlamentar em defesa da micro e pequena empresa. É um assunto que todos nós gostamos de defender, Deputado Edvaldo Soares, defender o pequeno que esta iniciando, defender aquele que é quem gera emprego com a família, é quem mais gera renda neste Estado. Então, eu acho que é justo, Deputado Neodi, apesar de existir um vício de inconstitucionalidade, eu acreditando na força maior e meu objetivo maior de atender e ser justo, eu dou parecer legal, mesmo fazendo uma ressalva de que tenho consciência da inconstitucionalidade. Dou o parecer legal para que esse projeto possa ser votado e a gente possa tentar fazer justiça.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Jean. Em discussão o Parecer favorável do Deputado Jean que é pela rejeição do veto.

Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer que é pela rejeição do veto.

Em discussão. Em votação. Eu queria pedir aos meus companheiros e companheiras a votar para derrubar o veto, que primeiro quando o Deputado Jean fala que ele tem certeza que é inconstitucional o projeto. Nós fizemos, esse projeto ele foi feito baseado na Constituição Federal, esse projeto ele é bem embasado na Constituição Federal e ele é um projeto muito importante para, principalmente, os pequenos empresários de Rondônia e para as Prefeituras também, tanto que do pregão presencial nós já tínhamos derrubado o Veto. Isso aqui é do pequeno e microempresário que obriga, Deputado Neodi, se o poder publico do Estado, Município, Assembleias, Câmaras, Prefeituras, forem comprar qualquer coisa abaixo de R\$80.000,00, ele pode fazer direto com...

O SR. ADELINO FOLLADOR - Pregão Eletrônico.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eles podem comprar direto dos nossos empresários e microempresários.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Para discutir, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Presidente, nós sabemos que isso é inconstitucional, mas nós corremos o risco de induzir os Prefeitos a fazer e depois o Ministério Público, Tribunal de Contas, CGE vão condenar os Prefeitos. O Deputado Jean falou muito bem, deveria ser assim, infelizmente, o Congresso Nacional não abriu para que fosse acontecer. Inclusive nos pequenos municípios deveriam os municípios dar preferência ao fornecedor da região, mas infelizmente não. Eu fui Prefeito 12 anos, nós penamos muito com isso, porque a legislação federal, mesmo que tenha a legislação estadual, em certas situações a CGE, o Ministério Público, o Tribunal de Contas, vêm em cima e depois condenam o Prefeito, mesmo que ele usou uma lei estadual, amparado pela lei estadual, mas se ela for inconstitucional, corre o risco de induzir os Prefeitos, o Executivo ao erro. O erro entre aspas, que eu acho que é acerto muitas vezes, mas infelizmente é mal interpretada, que a lei é assim mesmo, o Congresso Nacional não deu... Nós não podemos contrariar uma Lei federal.

O SR. NEODI – Para discutir, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. NEODI – Eu penso da mesma forma que o Deputado Adelino pensa. Apesar de que o projeto, ele é um Projeto importantíssimo, Deputado Jean, e com certeza ele daria uma condição que daria uma ênfase muito grande, seria uma injeção, até para as pequenas e microempresas, só que é o seguinte: se aprovarmos essa lei, nós vamos induzir, principalmente, os Prefeitos a erros. E depois você sabe que a caneta vem... Nós temos a 866 que já disciplina a questão das licitações, e se nós aqui aprovarmos essa lei, que nós aprovamos e já foi, teve um veto por parte do Executivo, se nós derrubarmos o veto aqui, nós corremos o risco de estar colocando muitos Prefeitos numa condição futura de responder por crime de responsabilidade. Então, no meu entendimento, o Projeto, ele é importante, ele é um Projeto bom, mas aí ele vai bater de frente com a 866 que é a lei que normatiza a questão das licitações. Então, por isso, senhor Presidente, que eu vou votar pela manutenção do veto com essa precaução, com essa preocupação.

Inclusive Vossa Excelência, esses dias nós aprovamos um projeto importante aqui que é a questão dos pregões presenciais, pregão presencial. Que esses pregões, realmente tem sido um inferno na vida dos Prefeitos, porque tem prejudicado os Prefeitos. O que é que acontece? Empresas, eu tenho conversado com Prefeitos que fazem o pregão e as pessoas, as empresas lá do Rio de Janeiro, lá de Brasília, lá de São Paulo participam, e vendem, digamos, medicamentos. Compram o medicamento e não entregam, e aí, acabam as Prefeituras ficando sem o medicamento nas Prefeituras, sem poder, realmente, atender os seus pacientes. Com a obrigação, a obrigatoriedade da presença do empresário, aí muda, com certeza, esse quadro, que é diferente deste Projeto. Então, neste Projeto especificamente, eu estou votando pela manutenção do veto.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Prefeito) – Eu só queria dizer para vocês o seguinte: artigo 1º da lei: 'Fica concedido tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Estado de Rondônia nas contratações públicas no âmbito da administração estadual direta e indireta, objetivando a promoção do desenvolvimento

econômico e social regional, em consonância com a Lei Complementar Federal nº123 de 14 de dezembro de 2006. Parágrafo Único – O disposto desta Lei não desobriga a administração pública de cumprir os princípios da economicidade, eficiência e eficácia nas contratações de bens e serviços.

Artigo 2º - O tratamento diferenciado descrito no artigo 1º ocorrerá mediante realização de processo licitatório pela administração pública estadual direta e indireta. I – destinar a participação privativa de microempresa e empresas de pequeno porte sediado no Estado nas contratações com valor dentro do limite estabelecido na alínea A, do Inciso II, do artigo 23, da lei 8666 de 1993. II - no qual se exija do vencedor da licitação a subcontratação de microempresa ou de empresa de pequeno porte sediada no Estado, no percentual máximo de 30% do total licitado as contratações cujo valor seja acima do limite estabelecido na alínea A, do inciso II, do artigo 23, da lei 8666 de 1993.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Para discutir, Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Se tem algo que nos conforta e ao mesmo tempo é um paradigma, na verdade a gente não tem como dizer que isso nos conforta. Até porque o Estado de Rondônia está acostumado a trabalhar com leis inconstitucionais, até que seja arguida a inconstitucionalidade dela ela é uma lei como qualquer outra. Essa é uma discussão que nós temos aqui em todos os âmbitos, desde o Poder Judiciário, a Assembleia que é o Poder Legislativo, Executivo. Nós temos aqui como exemplo uma lei que foi aprovada, que esta Casa aprovou na consciência da inconstitucionalidade para ajudar a tapar um buraco. Exemplo, foi a lei dos vinte e cinco milhões que nós tirávamos de uma autarquia, de um fundo, para repassar para outro canto e isso é inconstitucional e nós votamos e está aí a lei, está em vigência até que seja arguida a inconstitucionalidade. Então, eu, no meu ponto de vista, vamos fazer a lei, se for inconstitucional vai ser arguida e ela existe até enquanto seja arguida a inconstitucionalidade. Infelizmente é a única maneira de fazer justiça aos pequenos e dar oportunidade a esses pequenos. Porque hoje, Presidente, hoje, eu cito a Assembleia Legislativa como exemplo, Deputado Kaká, Deputado Neodi, nós estamos sem equipamento nos gabinetes porque uma empresa não sei de onde ganhou a licitação e não entrega esses equipamentos. Então, se fosse uma pequena empresa que tivesse condições de comprar os equipamentos e entregar, nós já teríamos resolvido o problema. Então, a Assembleia é uma que está sofrendo. Então, eu sou favorável a este projeto.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Inclusive o que o Deputado Jean fala aqui é o que fala aqui no artigo 3º, por exemplo: 'Nas contratações cujos valores estejam dentro do limite estabelecidos na alínea A, do inciso II, do artigo 23, da lei 8666 de 1993, a administração pública estadual somente poderá realizar certame licitatório com a participação de microempresas ou de outras empresas de pequeno porte sediadas em outros Estados'. É como eu falei, isso aqui tudo foi baseado na lei federal que abre no Estatuto da Pequena Empresa, que abre tudo isso. Agora, eu estou ali vendo o meu companheiro, o nosso Conselheiro Wilber. É o que o Deputado Jean fala, se nós aprovamos essa lei aqui, se primeiro para a

pessoa descumprir não é só dizer que é inconstitucional, tem que entrar na Justiça e a Justiça julgar que a nossa lei é inconstitucional.

O SR. EDVALDO SOARES – Senhor Presidente

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu vou, vejo uma lei muito importante para o nosso Estado, para os nossos empresários, é o que o Deputado Jean fala, oitenta mil, seria oitenta mil para baixo, o cara lá de fora ganha e não tem interesse nenhum de entregar. Aqui os nossos pequenos empresários, aqui os micros e pequenos empresários eles têm interesse, eles geram empregos, eles geram impostos, eles têm vontade de vender, enfim, eu acho uma lei muito importante e não vejo nenhum problema de nós aprovarmos, qual o problema que teria para nós? Nós não poderemos fazer uma legislação dessa? Eu não vejo nenhum obstáculo.

O SR. EDVALDO SOARES – Sr. Presidente, é evidente que a lei ela é muito importante, nós temos ali o Prefeito José Luiz, de São Felipe, eu quero registrar a presença dele, a presença do Paulinho que é Subchefe da Casa Civil. Dizer que a ideia é excelente e eu concordo com que o Deputado Jean Oliveira falou, na verdade dar oportunidade aos pequenos. Nós já votamos ali pela manutenção do veto, e até eu acho que o que o Deputado Jean falou é importante se analisar. Se possível votar o veto, mas a gente tem que ter a certeza de que essa lei não será arguida, ou se for, pelo menos que aquele que se utilizar dessa lei não seja punido. Porque senão nós estaremos criando um problema no futuro para os Prefeitos.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Mas como nós podemos garantir isso se nós não somos juízes?

O SR. ADELINO FOLLADOR - Deputado...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Mas eu não acredito que o Prefeito vai ser punido porque cumpriu a lei...

O SR. EDVALDO SOARES – Por isso que tem que ser analisado para votar...

O SR. ADELINO FOLLADOR - Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Se nós fizermos a lei, o Prefeito, ele tem que cumprir a nossa lei.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Quem foi o Executivo aqui...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Agora ele vai ser punido porque ele cumpriu a lei?

O SR. EDVALDO SOARES – Agora cumpriu a lei que será arguida amanhã na Justiça, Presidente? É essa a pergunta.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Presidente, se tiver uma lei maior e o Prefeito seguir uma lei menor, ele é punido.

O SR. EDVALDO SOARES – Sim, é isso que eu estou falando.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Então, se existir e contrariar. Eu fui doze anos Prefeito, o Deputado Neodi foi Prefeito, aqui o Deputado Edson Martins foi Prefeito, quem foi do Executivo

sabe do que é difícil. E eu conheço Prefeitos que foram condenados, eles pegaram uma lei estadual, uma lei menor e estava tudo legal, e foram condenados porque a lei maior, ele não pode se dizer que não conhecia a lei maior. Ele tem que conhecer a lei maior e a lei maior contraria, a não ser, alguns recursos. Eu me lembro na agricultura familiar, tem trinta por cento que você pode direcionar para a agricultura familiar, aí é uma lei específica que o Congresso Nacional legislou e aí você tem autonomia, caso contrário tem que seguir a lei maior que é essa que foi citada agora.

O SR. NEODI – Só uma Questão de Ordem, senhor Presidente, para discutir.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. NEODI – Eu fui informado agora, e eu gostaria que Vossa Excelência me desse mais detalhes, que essa lei, Deputado Adelino, ela não é para as Prefeituras, é só para o Estado. Eu queria essa confirmação, se realmente é, porque eu não tinha conhecimento desse projeto, esse projeto eu acho que votou naquela sessão que eu não estava aqui, então realmente eu não tinha conhecimento. Na questão de eu votar pela manutenção do veto, do meu voto ter sido pela manutenção, a minha preocupação, Deputado Adelino, justamente é essa de proteger os Prefeitos.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – É, inclusive está, é só no âmbito estadual...

O SR. NEODI – Agora me informaram aqui que essa lei, que eu gostaria que me fosse confirmada pela Mesa, que essa lei ela é só para o Executivo Estadual.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – No âmbito estadual, no caso...

O SR. NEODI – Pois é, mas no âmbito estadual entende-se que abrange as Prefeituras ou é só o Estado?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Estadual.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Deputado Neodi, os Deputados da base que votaram sim, na verdade se esse projeto, se realmente ele tiver legalidade, ele protege o Estado, os Municípios.

O SR. NEODI – Exatamente, por isso que eu estou fazendo a pergunta.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Então, pelo entendimento, os Deputados da base que votaram sim vão votar não para ver se consegue reverter isso daí. Mas, infelizmente, tem Deputado que não consegue ficar aqui nesta Casa. Eu vou reverter meu voto em prol do benefício, já que estão dizendo isso aí. Tomara que amanhã ou depois não traga prejuízos para algum Prefeito.

O SR. NEODI – Senhor Presidente, aqui, no meu entendimento, então, ele abrange o Estado apenas, não os Municípios. Eu vou estar mudando o meu voto neste momento que aí eu fico mais tranquilo.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – “Fica concedido o tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Estado de Rondônia nas contratações públicas, no âmbito da administração estadual direta e indireta, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico, tal e tal...”

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Senhor Presidente, me permita.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Opinar sobre o assunto.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Um instante, Deputado Cláudio. Esse projeto foi feito por pessoas, por advogados, pessoas que conhecem a legislação, e fala, tudo é baseado na Constituição Federal e no Estatuto da Pequena e Microempresa.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Jean.

O SR. JEAN OLIVEIRA – O maior problema de um projeto como esse é não respeitar o princípio da economicidade. E está bem taxativo que tem que se respeitar prioritariamente esse princípio, depois prestigiar as pequenas empresas, não é isso?

Porque não é capaz também de chegar uma pequena empresa colocando o dobro do preço de uma empresa maior, e ganhar a licitação, Deputado Adelino. É obvio que isso não vai funcionar, a ideia é o quê? No critério de desempate do menor preço, leve-se em consideração a empresa pequena, micro. Eu acho que esse projeto é um projeto louvável, até porque não envolve licitação, até oitenta mil nós temos a Carta Convite.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Carta Convite.

O SR. JEAN OLIVEIRA – E a dispensa de licitação até oito mil reais. Eu acho louvável.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu vou pedir para o Deputado Zequinha mudar o voto.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Faltam dois votos, falta só um voto.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Com certeza, eu acho que é uma ideia, todo mundo está favorável. Nós não temos competência de votar quando se trata de licitações. Licitação cabe, já tem uma lei específica do Congresso Nacional e nós não temos competência para legislar em cima dessa matéria. Eu quero deixar bem claro aqui, tem muitos advogados que induzem a gente ao erro também. Eu quero deixar bem claro que eu fui doze anos Prefeito e a gente tem experiência nesse sentido, e nós não temos competência para legislar em cima dessa matéria.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Eu gostaria só de fazer um breve comentário em alguns segundos.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Quando se trata de licitação pública não pode ser lei estadual, é uma lei federal. A lei estadual pode a gente criar alguma coisa, por exemplo: o caput dessa lei, ela diz que as empresas, as micros e pequenas empresas têm que ter um tratamento diferenciado, até aí não tem problema. Porque a lei 8.666 já diz isso, tanto que, nos processos licitatórios, as micros e pequenas empresas, as empresas M.E, elas têm prazo maior e se empatar a preferência é dela. Então, o que diz o caput, já está previsto na legislação federal, nada atrapalharia. Agora, eu também tenho preocupação no sentido de que tudo o que foi acrescido após o caput pode trazer problemas futuros para as administrações que fizeram uso dessa possível lei após a aprovação.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu vou encerrar a discussão. Encerrada a discussão, em votação. O painel já está à disposição.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- não
- Deputado Adriano Boiadeiro	- ausente
- Deputada Ana da Oito	- não
- Deputado Cláudio Carvalho	- não
- Deputado Edson Martins	- não
- Deputado Edvaldo Soares	- não
- Deputada Epifânia Barbosa	- ausente
- Deputado Euclides Maciel	- ausente
- Deputado Flávio Lemos	- ausente
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- não
- Deputado Jaques Testoni	- não
- Deputado Jean Oliveira	- não
- Deputado Kaká Mendonça	- não
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Luiz Cláudio	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- não
- Deputado Neodi	- não
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- não
- Deputado Valdivino Tucura	- ausente
- Deputado Zequinha Araújo	- sim

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Encerrada a votação. 12 votos NÃO e 01 SIM. *Está mantido o veto. Vai ao expediente.*

Próxima matéria.

O SR. JAQUES TESTONI (Secretário ad hoc) – VETO TOTAL Nº 114/13 DO PODER EXECUTIVO - MENSAGEM Nº 241. Veto total ao Projeto de Lei nº 1007/13, de autoria do Deputado Hermínio Coelho que “Altera e revoga dispositivos da Lei nº 2.755, de 11 de junho de 2012”.

O SR. NEODI – Senhor Presidente, eu acho que esse projeto foi o que nós aprovamos aqui da questão dos agentes penitenciários e se nós colocarmos para votar agora, esse projeto vai ser rejeitado, que nós não temos quórum.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – O problema é que está trancando a pauta, se não estivesse trancando a pauta eu ia tirar da Ordem do Dia.

O SR. NEODI – Não tem quórum, tem que fazer verificação de quórum, não tem quórum e se colocar para votar com o quórum que tem, vai levar pau todos os projetos que tiver daqui para frente, inclusive eu sugiro que coloque em votação, que tem os outros projetos que estão trancando a pauta, é isso? Presidente, os que estavam trancando a pauta já não foram votados?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não, nós estamos votando na Sessão Ordinária ainda, que eram os Vetos que estavam trancando a pauta.

O SR. NEODI – Tem alguns projetos importantes para votar aqui.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, o meu ponto de vista, a Sessão vai continuar a semana que vem, amanhã nós temos Sessão e se o caso for de trancar a pauta, nós temos que destrancar. Agora com o quórum que tem, infelizmente nós vamos rejeitar alguns projetos aí que poderiam ser derrubados os vetos. O meu ponto de vista é igual do Deputado Neodi.

O SR. NEODI – Fazer a conferência de quórum, se tiver quórum, vamos votar, até porque tem outros projetos importantes.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Porque nós derrubamos o veto, não é isso?

O SR. NEODI – O último veto que nós votamos já levou pau aqui. Tudo bem que era um projeto inconstitucional, mas tudo bem, agora nós temos outros projetos para votar aqui, outros vetos e votar com um quórum reduzido, todos os vetos vão levar pau. Fazer verificação de quórum aqui.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Esse projeto, ele é importante, aquela questão, eu queria dizer para vocês o seguinte: sobre essa questão do projeto inconstitucional, Deputado Adelino, há quatro anos, eu fiz um projeto de lei aqui no município, quando eu era Presidente da Câmara, eu copieiei do município do Rio de Janeiro, Deputado Neodi, Deputado Kaká. 13, aí nós perdemos 2 a 1...

O SR. NEODI – Com 13 dá para rejeitar, nós perdemos aquele que o Deputado Zequinha não votou.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Para que um projeto mais inconstitucional, se for pensar como a gente pensa aqui, um projeto que eu apresentei aqui na Câmara, Deputado Adelino, dizendo que a concessão de táxi, se o trabalhador taxista morresse ou ficasse inválido, a placa ficava para a família, a Câmara de Vereadores legislando sobre concessão, nós aprovamos, até hoje a lei estava sendo cumprida, agora o Congresso Nacional copiou a gente, agora é lei nacional. Agora nós não podemos ficar, porque se for amarrado desse jeito, nós não podemos fazer nada aqui.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deputado Hermínio, aquilo que nós temos competência para legislar, igual a concessão de táxi,

é de competência do município e do Estado. Agora, a questão, tem lei que nós não temos autonomia para poder legislar, o Congresso Nacional não abriu, o senhor pode pedir a qualquer assessoria jurídica aí para fazer uma investigação, nós não temos autonomia para legislar em cima da licitação, porque já tem uma lei maior e não abriu para nós. Então, é o seguinte: as leis que nós podemos, que é em nível que o Congresso Nacional deu liberdade para a gente legislar, nós temos autonomia para mudar. E se for inconstitucional, até que ela tiver vigência, ela vale, mas uma lei, quando o Congresso Nacional votou e tem uma lei específica já e não abriu para os Estados legislar, todo Brasil tem que seguir a mesma lei, se cada Estado começar a mudar, por isso que eles já evitaram, já proibiram nós alterarmos essa lei. Essa lei nós não temos autonomia para legislar sobre ela. Agora, as outras leis, se nós aprovamos aqui e elas forem inconstitucionais, elas valem até que forem questionadas. Mas as leis maiores não, elas valem, elas são superiores, qualquer um que aprovar aqui, qualquer Prefeito, qualquer Executivo que se basear nessa lei, ele depois larga a caneta, porque a CGU nunca vai olhar uma lei municipal, ela olha só a lei federal, ela olha a legislação federal e não quer nem saber se o Estado aprovou ou não aprovou outra lei. Então, nós temos que diferenciar o assunto que nós podemos legislar e aquilo que nós não podemos legislar. Aquilo que nós não podemos legislar não adianta brigar, a não ser que o Congresso Nacional mude lá em cima e a gente pode se adaptar aqui embaixo. Se o Governo Federal também, o Congresso Nacional deixar para nós regulamentarmos alguma parte da lei, aí sim, nós podemos regulamentar dentro do Estado, mas caso contrário, e essa lei de licitação tenho certeza que é inconstitucional, qualquer alteração é em nível de Estado.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Deputado Adelino, infelizmente o direito, ele é muito subjetivo, nem sempre ele é objetivo, taxativo. Então, existem várias alternativas de legislar e a nossa prática legislativa, muitas vezes, ela é tida como inconstitucional em grosso modo, mas se num estudo aprofundado a gente consegue avançar um pouco mais, Presidente, como é o caso dessa lei, respeitando o princípio da economicidade, eu acredito que é possível legislar. Agora, esse projeto aqui, esse eu não vejo alternativa, esse projeto eu não vejo, esse aqui eu não vejo alternativa de constitucionalidade para que a nossa prática legislativa estadual consiga autorizar, no caso aqui, os agentes penitenciários a utilizarem porte de arma. Sobre a arma de fogo, simplesmente é igual ao Código Penal, somente o Congresso Nacional pode legislar, isso é vedado, isso é taxativo, é vedado, é diferente da lei de licitação. Discordo com Vossa Excelência. Não é vedado, existe uma lei superior e nós temos que respeitar a hierarquia, assim é tido o Direito Constitucional, mas nesse caso é expressamente vedado legislar sobre questão de arma de fogo, Código Penal, arbitrariedade civil, isso aqui é uma questão difícil da gente entrar. Mas eu peço para Vossa Excelência que analise a proposta inicial que faça a verificação do quórum, chegou o Deputado Luizinho agora, acredito que agora tem quórum.

Então, vou pedir para Vossa Excelência que encaminhe outro colega Deputado para dar o parecer nesse projeto aqui. Não estou me negando, eu dei o parecer no projeto anterior, porque a minha consciência tinha uma parcela de inconstitucionalidade, mas também tinha dentro de mim uma possibilidade de legislar. Agora, esse aqui, infelizmente, esse aqui eu tenho total consciência de que é inconstitucional. Eu

vou votar politicamente, mas o parecer tem que ser técnico. E eu peço para que Vossa Excelência designe outro Relator para esse projeto aqui.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Adelino, se Vossa Excelência fosse advogado, era um advogado ruim do caramba.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deputado Jean, Vossa Excelência lembra do discurso que Vossa Excelência fez aqui, um discurso inflamado no dia que os agentes estavam aqui, todo mundo lhe aplaudiu de pé aqui. Essa lei aqui nós podemos legislar, pode até ser derrubada, mas é o contrário. A questão da arma, nós podemos legislar e podemos ser questionados amanhã, mas é o contrário, a lei de licitações é vedada e essa aqui é possível nós fazermos, o próprio Governo questionar ou alguém questionar, mas nós temos poder para legislar dentro do Estado de Rondônia. Agora, a questão de licitação, e Vossa Excelência fez um discurso e estou lhe lembrando de que amanhã Vossa Excelência vai ser cobrado na rua. Com certeza, Vossa Excelência fez um discurso inflamado, favorável...

O SR. JEAN OLIVEIRA – Só um minutinho. Eu só quero falar aqui que eu fui citado, Deputado Luizinho. Eu queria dizer que Vossa Excelência com seus cabelos brancos está equivocado e o senhor não é de tanta idade para estar com amnésia, muito pouco está delirando. Se tem uma coisa, Deputado Adelino, que eu não faço é jogar para a plateia e eu não piso no meu rabo e eu não volto atrás. O que eu disse aqui está dito, o projeto é inconstitucional, eu estou afirmando, o senhor está equivocado quando diz que nós podemos legislar sobre isso. O Deputado Presidente da Assembleia, Hermínio Coelho, finalizou o senhor dizendo que o senhor seria um péssimo advogado, se fosse advogado, e é verdade. E eu quero dizer que isso aqui é inconstitucional, mas o meu voto, Presidente, é político, meu voto é político. Então, eu irei votar conforme tem que ser dado tecnicamente e ele é inconstitucional sim. Presidente, eu sugiro que o Deputado Adelino faça o parecer da matéria.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não. O Deputado Luizinho que vai dar o parecer.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Veto Total nº 114/13, de autoria do Poder Executivo que aportou a esta Casa sob a Mensagem 241, que veta totalmente o Projeto de Lei nº 1007/13 de autoria do Deputado Hermínio Coelho que altera e revoga dispositivo da Lei nº 2.755/11, de 11 de junho de 2012.

Presidente, eu tinha feito a propositura desse Projeto e esse Projeto acabou depois nós fazendo uma alteração, exatamente o meu Projeto ficou prejudicado e Vossa Excelência apresentou um Projeto exatamente se adequando ao Sistema Nacional de Segurança Pública, aonde que isso teria que ter o parecer da Polícia Federal e dos órgãos competentes, Deputado Edvaldo. Portanto, nessa questão eu sou de Parecer favorável, pela derrubada do Veto. Este é meu Parecer, Presidente. O meu Parecer é contrário ao Veto.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Senhor Presidente, Questão de Ordem?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Queria agradecer os Deputados que ficaram aqui até agora. Hoje desobstruímos 07 Vetos, tem 20 presenças aí, não tem 20 presentes, estamos com 14 ou 15

Deputados. Agradecer aos Deputados que estão aqui contribuindo, porque tem algumas mensagens aí, do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça, que tratam do orçamento nosso e do Governo só tem um aí que é importante porque é em relação às casinhas e vou pedir a verificação de quórum.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Vamos votar primeiro o veto aqui.

Em discussão o Parecer que é pela rejeição do veto do Executivo, do Deputado Luizinho. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer que é pela derrubada do Veto.

Agora em votação única e discussão o Veto Total do Executivo. A orientação é que vote 'não', que votem para derrubar o Veto.

Eu sou a favor, Deputado Adelino, a gente pega o bêbado, é lógico que eu não tenho nada contra bêbado, mas é um ditado que 'a gente pega o bêbado, joga de ladeira abaixo, quem quiser que segure'. As ideias nossas que são boas, nós aprovamos e se alguém contestar, que a Justiça diga depois se é inconstitucional. Nós não podemos ficar aqui dizendo que tudo é inconstitucional. Eu acho que o Deputado Jean e o Deputado Adelino tinham que ser advogados, em vez de serem Deputados.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, senhor Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu acho que vou fazer Direito para eu dar mais trabalho ainda nesta Casa. Mas eu quero dizer, Presidente, que os Agentes Penitenciários mexem com gente boa e gente ruim, principalmente gente ruim, com problema. Então, com certeza, eles merecem. Tem que fazer o treinamento, eu sou favorável que cada um seja preparado para receber a arma. Não pode, tem que ter o treinamento, que todo mundo tem que ter para usar a arma, mas somos favoráveis. Nós sabemos que nos presídios eles passam certas situações que precisam estar armados e também quando eles saem do presídio para ir para casa, que esse Projeto é especificamente para ele se deslocar e usar fora do presídio. Dentro do presídio ele já usa e como ele mexe com muita gente, com certeza sou favorável. Obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Adelino.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, Questão de Ordem?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, eu quero relembrar um fato que nessa mesma época que foi votado esse Projeto, e faz tempo de que foi votado esse Projeto, eu me lembro que a classe dos agentes, dos socioeducadores que fazem parte da Secretaria de Justiça, tem os Agentes Penitenciários e Socioeducadores que ficam lá nos locais onde estão os menores e aí eles me pediram, na época, para que eu fizesse uma emenda anexando, estendendo o porte também para o Agente Socioeducador. Eu disse que não fazia, que não tinha cabimento. Como é que o socioeducador é vedado o trabalho dele com arma de fogo. Ele não trabalha com arma de fogo.

Afinal ele está ali para educar o jovem para sair dali. Nós sabemos que, hoje, os jovens são piores que os mais velhos, só que infelizmente essa é uma regra. E nessa época não demos, não estendemos, eu particularmente não quis estender, porque a gente sabia dessa questão. Isso que o senhor falou, Deputado Adelino, eu concordo plenamente. Por isso eu votei não. Agora, a questão de legalidade é de outro mundo, é outro campo.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - O painel está à disposição.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- não
- Deputado Adriano Boiadeiro	- ausente
- Deputada Ana da Oito	- não
- Deputado Cláudio Carvalho	- não
- Deputado Edson Martins	- não
- Deputado Edvaldo Soares	- ausente
- Deputada Epifânia Barbosa	- ausente
- Deputado Euclides Maciel	- ausente
- Deputado Flávio Lemos	- ausente
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- não
- Deputado Jaques Testoni	- não
- Deputado Jean Oliveira	- não
- Deputado Kaká Mendonça	- não
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Luiz Cláudio	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- não
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- não
- Deputado Neodi	- não
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- não
- Deputado Valdivino Tucura	- ausente
- Deputado Zequinha Araújo	- não

Votação encerrada. *Com 13 votos 'não' está derrubado o Veto. Vai ao Expediente.*
Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. JAQUES TESTONI (Secretário ad hoc) – Encerrada as matérias da Ordem do Dia, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia, passamos às Comunicações Parlamentares. Não há Deputados inscritos.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária, no prazo de 01 minuto para apreciar Projeto nº 151/13, do Tribunal de Justiça; Projeto de Lei Complementar 152/13 do Tribunal de Justiça; Projeto de Lei nº 1066/13, do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 1069, do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 1071/13, do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 1072, do Poder Executivo; Projeto de Lei 1073/13, do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 1077/13, do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 1078/13, do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 1084/13, do Poder Executivo. Está encerrada a Sessão.

(Às 19 horas e 29 minutos encerra-se esta Sessão).

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2013/ALE-RO

PROCESSO Nº 00000572/2013-74

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/13/CPP/ALE/RO

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA (ALE/RO), denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, inscrito no CNPJ sob o Nº 04.794.681/0001-68, com sede na Rua Major Amarantes nº 390 - Bairro Arigolândia, CEP: 76.801-911 - Porto Velho-RO, representada

neste ato por seu Presidente, Deputado **JOSÉ HERMÍNIO COELHO**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 1.206.980 SSP/RO, CPF nº 117.618.978-61, e de outro lado a empresa abaixo qualificada, denominada **FORNECEDOR**, firmam esta Ata de Registro de Preços, conforme Termo de Homologação exarado às fls. 472/484 do Processo ADM Nº 00000572/2013-74, sob a regência das Leis Federais nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como da Lei 10.520/02 e do Decreto 7.892/2013, visando o **REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos do referido Edital e seus anexos, conforme as cláusulas e condições a seguir.

DO OBJETO – CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1 – A presente Ata de **Registro de Preços** tem por objeto a futura e eventual aquisição de **MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO PREDIAL**, para atender as necessidades da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência, constante do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº **006/2013/CPP/ALE/RO** e Proposta do **FORNECEDOR**, os quais independentemente de transcrição, fazem parte deste instrumento, naquilo que não o contrarie.

FORNECEDOR

EMPRESA:	C. V. MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI – EPP
CNPJ:	14.568.575/0001-10
ENDEREÇO:	Av. LEOPOLDO MATOS, Nº 218, Bairro Centro, CEP 76.850-000 – Guajará-mirim/RO.
TELEFONE:	69-3229-3034
PESSOA PARA CONTATO:	JOSÉ LUIZ TOLOTTI
RG:	67.113 SSP/RO
CPF:	080.040.052-68
EMAIL:	

LOTE 10	ITEM	Objeto/Especificação	QNT	UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
	115	Cano de PVC soldável de 25mm, -barra com 6 metros.	40	U	TIGRE	R\$ 22,18	R\$ 887,20
	116	Cano de PVC soldável de 20mm, -barra com 6 metros.	40	U	TIGRE	R\$ 12,94	R\$ 517,60
	117	Cano de PVC para esgoto soldável de 50 mm, barra com 6 metros.	15	U	TIGRE	R\$ 45,64	R\$ 684,60
	118	Cola para cano de PVC soldável, tubo com 75 gramas.	20	U	TIGRE	R\$ 4,62	R\$ 92,40
	119	Conexão de PVC tipo "T", soldável, para cano de esgoto de 100 mm.	10	U	TIGRE	R\$ 15,31	R\$ 153,10
	120	Conexão de PVC tipo "T", soldável, para cano de 25 mm.	50	U	TIGRE	R\$1,31	R\$ 65,50
	121	Cano de PVC para esgoto soldável de 100 mm, barra com 6 metros.	10	U	TIGRE	R\$ 81,97	R\$ 819,70
	122	Conexão de PVC tipo joelho 90°, soldável, para cano de esgoto de 100 mm.	10	U	TIGRE	R\$ 8,80	R\$ 88,00
	123	Conexão de PVC tipo joelho 90° para cano de PVC de 25 mm, com um lado soldável e outro rosqueável (LR-25mm).	30	U	TIGRE	R\$ 0,78	R\$ 23,40

124	Conexão de PVC tipo joelho 90° para cano de PVC de 20 mm, com um lado soldável e outro rosqueável (LR-20mm).	40	U	TIGRE	R\$ 0,48	R\$ 19,20
125	Conexão de PVC tipo "T", soldável, para cano de PVC de 20 mm.	50	U	TIGRE	R\$ 1,02	R\$ 51,00
126	Conexão de PVC tipo joelho 90° para cano soldável de 25 mm.	100	U	TIGRE	R\$ 0,78	R\$ 78,00
127	Conexão de PVC tipo joelho 90° para cano soldável de 20 mm.	100	U	TIGRE	R\$ 0,48	R\$ 48,00
128	Fita veda rosca de teflon, rolo com 25 metros e largura de 12 mm.	50	U	TIGRE	R\$ 4,61	R\$ 230,50
129	Joelho de PVC soldável para esgoto de 50 mm.	10	U	TIGRE	R\$ 2,43	R\$ 24,30
130	União soldável, material PVC – cloreto de polivilina, diâmetro 25 mm, comprimento total 51 mm, altura 54,50 mm, peso 84 g, normas técnicas NBR 5.648.	10	U	TIGRE	R\$ 6,34	R\$ 63,40
131	União soldável, material PVC – cloreto de polivilina, diâmetro 20 mm, comprimento total 46 mm, altura 48 mm, peso 61 g, normas técnicas NBR 5.648.	10	U	TIGRE	R\$ 5,41	R\$ 54,10
VALOR TOTAL DO LOTE 10					R\$ 3.900,00	

1.2 - A existência de preços registrados não obriga a **ALE/RO** a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições (Art. 64, § 1º da Lei 8.666/93).

1.3 - Os preços registrados poderão ser revistos sendo de responsabilidade do gestor da avença a negociação com o contratado, observada as disposições contidas na alínea "d" do Inciso II do **caput** do art. 65 da Lei 8.666/93 (Art. 17 do Decreto Nº 7.892/13).

1.4 - O quantitativo decorrente das adesões à Ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, **ao quántuplo do quantitativo de cada item registrado** na Ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem (§ 4º, do art. 22 do Decreto nº 7.892/13).

1.5 - É **vedado** efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993 (§ 1º, do art. 12 do Decreto nº 7.892/13).

1.6 - O órgão Gerenciador somente poderá autorizar adesão à Ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da Ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador (§5º, do art. 22 do Decreto 7.892/13).

DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA - CLÁUSULA SEGUNDA

2.1 - Sempre que julgar necessário, a **ALE/RO** solicitará, durante a vigência da respectiva Ata de Registro de Preços, o fornecimento do material registrado, na quantidade que for preciso, mediante a entrega da Ordem de Fornecimento;

2.2 - A Nota de Empenho será enviada via e-mail de forma digitalizada, quando o Fornecedor tiver sede fora desta capital, o qual deverá confirmar o recebimento no prazo de 1 (um) dia. Caso o Fornecedor tenha sede nesta Cidade a Nota de Empenho deverá ser retirada na **Secretaria Administrativa**, situado na Rua Major Amarantes, nº 390, Bairro Arigolândia, nesta Capital de Porto Velho/RO, no prazo de 2 (dois) dias, contado a partir da convocação;

2.3 - O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da Nota de Empenho poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pelo **FORNECEDOR** durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela ALE/RO;

2.4 - A não confirmação do recebimento ou a não retirada da Nota de Empenho no prazo previsto, por ocasião do empenho da despesa, implicará aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis;

2.5 - O prazo para entrega dos materiais será de no máximo de **15 (quinze)** dias, contados a partir da data de recebimento da Nota de Empenho;

2.6 - A entrega dos materiais deverá ser efetuada no **ALMOXARIFADO** desta **ALE/RO**, situado na Rua Elias Gorayeb, 620, Bairro Nossa Senhora das Graças – Porto Velho/RO, telefone (69) 3216-2850;

2.7 - O **FORNECEDOR** responsabilizar-se-á pela qualidade do material cotado e entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado;

2.8 - O recebimento do material no almoxarifado é de forma provisória, sendo o mesmo recebido de forma definitiva, a partir da certificação da nota fiscal, pelo Chefe da Divisão de Almoxarifado;

2.9 - Os materiais deverão conter especificações das características peculiares de cada lote e, quando for o caso, possuir em suas embalagens unitárias, especificações de peso, medida, quantidade, cor, orientações de empilhamento, período de garantia, prazo de validade e demais informações que se fizerem necessárias para a perfeita utilização dos mesmos;

OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR - CLÁUSULA TERCEIRA

3.1 - O **FORNECEDOR** deverá manter as condições de habilitação estabelecidas no edital, podendo ser verificado constantemente durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual.

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO - CLÁUSULA QUARTA

4.1 - O pagamento será efetuado após a liquidação da despesa, por meio de ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, até 10 (dez) dias úteis, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura, devidamente certificada pelo setor competente da **ALE/RO** que deverá vir acompanhada da Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros - **CND**, do Certificado de Regularidade do FGTS-CRF, da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (pessoa jurídica), certidão negativa de débitos trabalhistas (**CNDT**), bem como outras Certidões que vierem a ser obrigatórias por lei, desde que tenham correlação com o objeto, devendo ser apresentados todos esses documentos dentro dos respectivos prazos de validade.

4.2 - As pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (**Simples Nacional**), deverão apresentar a cada pagamento, Declaração

em duas vias, na forma do **Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.234**, de 11/01/2012 (artigo 4º, inciso XI, c/c artigo6º).

4.3 - Nenhum pagamento será efetuado ao **FORNECEDOR**, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

4.4 - Não haverá sob-hipótese alguma, pagamento antecipado;

4.5 - No texto da Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura deverão constar as marcas dos materiais, os valores unitários e totais e o número do processo que deu origem à aquisição;

4.6 - Havendo erro na Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura ou outra circunstância impeditiva, o recebimento definitivo ficará suspenso, até que a empresa tome as medidas saneadoras necessárias;

DA VIGÊNCIA - CLÁUSULA QUINTA

5.1 - O prazo de vigência da presente Ata será de 12 (doze) meses a contar da data de sua publicação no D. O – e – ALE/RO.

DO GESTOR E FISCALIZAÇÃO - CLÁUSULA SEXTA

6.1 - Na forma do que dispõe o artigo 67, da Lei nº 8.666/93, fica designado como gestor e fiscal do contrato o chefe da **Divisão de Almoxarifado e Patrimônio** e, na sua ausência legal e regulamentar, o substituto eventual, os quais serão designados pelo **Secretário Geral** nos autos do processo administrativo, com autoridade para exercerem em nome da **ALE/RO** toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização.

6.2 - As ações de acompanhamento e fiscalização não exoneram o **FORNECEDOR** de suas responsabilidades contratuais.

DO FORO - CLÁUSULA SÉTIMA

7.1 - As partes elegem o Foro da Comarca de **Porto Velho/RO**, como único competente para dirimir as questões que porventura venham a surgir na execução da presente Ata de Registro de Preço, com renúncia expressa a qualquer outro.

Assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias.

Porto Velho, 08 de outubro de 2013.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Deputado José Hermínio Coelho – PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL – ALE/RO

JOSÉ LUIZ TOLOTTI
Representante Legal – C. V. MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
EIRELI – EPP

Aprovo: ADVOCACIA GERAL/ALE

SUP. DE RECURSOS HUMANOS**ATO Nº0184/2013-SRH/D/P/ALE**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

R E S O L V E:

Conceder 02 (duas) diárias no período de 24 a 26/10/2013, ao servidor **ALEXSANDRO DA SILVA FREITAS**, cadastro nº 200155918, Assessor Técnico, lotado no Gabinete da Secretaria Administrativa, para deslocar-se a Urupá - RO para prestar serviço a esta Casa de Leis, conforme Processo nº. 001330/2013-46.

Porto Velho, 23 de outubro de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
Presidente

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral

ATO Nº3316/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve;

DECLARAR:

A vacância de cargo, a partir de 06 de outubro de 2013, em virtude do falecimento da funcionária **ALCINA MOURA ATALLAH**, cadastro nº 100003492, Carreira E, Ocupações Técnicas em Atividades Jurídicas, Cargo de Advogado, Referência Salarial Única, pertencente ao Quadro de Pessoal Estatutário deste Poder Legislativo, conforme Certidão de Óbito nº 202646, Livro C - 0338, Folha nº 282, nos termos do art. 40, inciso VI, da Lei Complementar nº 68/92.

Porto Velho, 29 de outubro de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
Presidente

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral

ATO Nº0189/2013-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013.

R E S O L V E:

Conceder 05 (cinco) diárias no período de 05 a 09/11/2013, ao servidor **DAVID SANTOS CASSEB**, cadastro nº100007668, Jornalista, lotado na Corregedoria Parlamentar, para deslocar-se a Maceió - AL, para prestar serviço a esta Casa de Leis, conforme Processo nº. 001342/2013-82.

Porto Velho, 23 de outubro de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
Presidente

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral

ATO Nº0188/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

R E S O L V E:

Conceder a complementação de 01 (uma) diária referente o pedido do Processo nº001299/2013-53, ao Deputado Estadual **JOSÉ CLAUDIO NOGUEIRA DE CARVALHO**, cadastro nº 200155615, para deslocar-se a Boa Vista - RR, a serviço desta Casa de Leis, conforme Processo nº. 001341/2013-79.

Porto Velho, 23 de outubro de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
Presidente

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral

ATO Nº0195/2013-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

R E S O L V E:

Conceder 02 (duas) diárias no período de 29 a 30/10/2013 ao Deputado Estadual **JOSÉ FRANCISCO ARAUJO**, cadastro nº. 200152620, para deslocar-se a Brasília - DF, para tratar de assuntos de interesse desta Casa Legislativa, conforme Processo nº. 001350/2013-05.

Porto Velho, 25 de outubro de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
Presidente

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral

ATO Nº0187/2013-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

R E S O L V E:

Conceder 01 (uma) diária no período de 24/10/2013, ao Deputado Estadual **MAURAO DE CARVALHO**, cadastro nº200900481, para deslocar-se a Brasília - DF, a serviço desta Casa de Leis, conforme Processo nº. 001335/2013-61.

Porto Velho, 23 de outubro de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
Presidente

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral

ATO Nº0192/2013-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias no período de 28/10 a 01/11/2013, ao servidor **ELIVALDO PEREIRA BARROS**, cadastro nº 100007486, Agente de Serviços, lotado no Departamento de Informática, para deslocar-se a Guajará-Mirim – RO, para prestar serviço a esta Casa de Leis, conforme Processo nº. 001340/2013-76.

Porto Velho, 23 de outubro de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 0186/2013-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 24 a 26/10/2013, ao servidor **FRANCISCO EVALDO DE LIMA**, cadastro nº 200157695, Assessor Técnico, lotado no Gabinete do Deputado Luiz Claudio, para deslocar-se ao município de Rolim de Moura – RO, para prestar serviço a esta Casa de Leis, conforme Processo nº. 001333/2013-55.

Porto Velho, 23 de outubro de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 0183/2013-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder a complementação de 01 (uma) diária referente o pedido do Processo nº 1239/2013-70 ao servidor **JOÃO BATISTA DA COSTA FILHO**, cadastro nº 200156041, Assessor Técnico, lotado no Departamento de Logística, para deslocar-se a Pimenteira D'Oeste e Cerejeiras – RO, para prestar serviço a esta Casa de Leis, conforme Processo nº. 001329/2013-43.

Porto Velho, 23 de outubro de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 0198/2013-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias no período de 24 a 28/10/2013, a servidora **LUCIANA NEVES DA SILVA**, cadastro nº 200156078, Assessor Técnico, lotado na Polícia Legislativa, para deslocar-

se ao Município de Ji-Paraná, Urupá, Ouro Preto D'Oeste e Vilhena - RO, a serviço desta Casa Legislativa, conforme Processo nº. 001322/2013-22.

Porto velho, 28 de outubro de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 3317/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

CONCEDER:

Licença Prêmio por Assiduidade, nos termos do Artigo 123 da Lei Complementar nº. 68/92 de 09 de dezembro de 1992, ao servidor **MAURICIO COELHO LARA**, Assistente Técnico Legislativo, cadastro nº. 100002957, pertencente ao Quadro Efetivo desta Casa Legislativa, lotado na Corregedoria Administrativa, no período de 1º/11/2013 a 29/01/2014.

Porto Velho, 30 de outubro de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 0202/2013-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve;

RETIFICAR

O ATO Nº 0152/2013-SRH/D/P/ALE de 10/10/2013, que concedeu diárias ao servidor **PAULO SERGIO MOURA DE ARAÚJO**, publicado no Diário Oficial da ALE-RO nº 164 de 23/10/2013, Pg. 2499, promovendo a seguinte alteração:

ONDE SE LÊ:

Conceder 02 (duas) diárias no período de 13 a 14/10/2013, ao servidor **PAULO SERGIO MOURA DE ARAUJO**, cadastro nº 200156154, Assistente Técnico, lotado no Gabinete da Secretaria Administrativa, para deslocar-se a Ji-Paraná, Seringueiras e Rolim de Moura - RO para prestar serviço a esta Casa de Leis, conforme Processo nº. 001265/2013-49

LEIA-SE:

Conceder 02 (duas) diárias no período de 20 a 21/10/2013, ao servidor **PAULO SERGIO MOURA DE ARAUJO**, cadastro nº 200156154, Assistente Técnico, lotado no Gabinete da Secretaria Administrativa, para deslocar-se a Urupá - RO para prestar serviço a esta Casa de Leis, conforme Processo nº. 001265/2013-49

Porto Velho-RO, 29 de outubro de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0199/2013-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 06 a 08/11/2013, aos servidores relacionados, para deslocarem – se a Cerejeiras - RO, a serviço desta Casa Legislativa, conforme Processo nº. 001355/2013-20.

Cad.	Nome	Cargo	Lotação
08987-5	Alysson Cristiano de Souza	SDPM	Polícia Legislativa
100002270	Sandro Francisco Cabral de Brito	Aux. Administrativo	Polícia legislativa
200156123	Mario Cesar Ortiz de Brito	Assessor Técnico	Polícia Legislativa

Porto Velho, 28 de outubro de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
Presidente

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral

ATO Nº0196/2013-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder diárias no período de 05 a 09/11/2013 aos servidores relacionados, para deslocarem-se ao município de Cerejeiras e Pimenteiros - RO, a serviço desta Casa de Leis, conforme Processo nº 001352/2013-11.

Cad.	Nome	Cargo	Lotação	Quant.
100002676	Regina Célia de A. El Rafihi	Técnico Legislativo	Dept. Cerimonial	04
100002981	Cesinelia Oliveira de Souza	Assist. Téc. Legislativo	Dept. Cerimonial	04
200156173	Rodrigo Morel de Moura	Assessor Técnico	Dept. Cerimonial	04
200157478	Ana Paula Souza Silva	Assistente Técnico	Depart. Cerimonial	03
100010950	Maria Madalena Pereira dos Santos	Secretario de Apoio	Depart. Cerimonial	03
200156138	Naiara Maia da Silva	Assistente Técnico	Depart. Cerimonial	03
100008616	Lenilson de Souza Guedes	Repórter	Depart. Cerimonial	03
200156012	Fredson Teixeira Pereira	Assistente Técnico	Depart. Cerimonial	03
100005216	Mario Flavio de Miranda	Aux. Administrativo	Depart. Cerimonial	03
200156159	Rafael Prettz Camara Canto	Assistente Técnico	Depart. Informática	04

Porto Velho, 28 de outubro de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
Presidente

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral

ATO Nº0190/2013-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder diárias no período de 24 a 28/10/2013, aos servidores relacionados, para deslocarem-se a Ji-paraná, Urupá, Ouro Preto D'Oeste e Vilhena - RO, a serviço desta Casa de Leis, conforme Processo nº 001338/2013-70.

Cad.	Nome	Cargo	Lotação	Quant.
200156101	Maria Avenilde Bezerra Lima	Assessor Parlamentar	Depto. Apoio Parlamentar	03
200156042	João dos Santos Leandro	Assessor Técnico	Gabinete da Presidência	03

200156176	Rosa Soares Sales	Assessor Parlamentar	Gabinete da Presidência	03
200156078	Luciana Neves da Silva	Assessor Técnico	Polícia legislativa	05

Porto Velho, 23 de outubro de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
Presidente

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral

ATO Nº 0185/2013-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

R E S O L V E:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 06 a 09/11/2013, aos servidores relacionados, para deslocarem – se a Cerejeiras e Pimenteiras - RO, a serviço desta Casa Legislativa, conforme Processo nº. 001331/2013-49.

Cad.	Nome	Cargo	Lotação
200156605	João Augusto Alabi da Silva	Assistente Parlamentar	2º Secretário – Dep. Glaucione
200156627	Alessandra Sousa da Costa	Chefe de Gabinete	Gabinete da Dep. Glaucione

Porto Velho, 23 de outubro de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
Presidente

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral

ATO Nº 0194/2013-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

R E S O L V E:

Conceder diárias no período de 28/10 a 02/11/2013 aos servidores relacionados para deslocarem – se a Brasília -DF, a serviço desta Casa Legislativa, conforme Processo nº. 001346/2013-93.

Cad.	Nome	Cargo	Lotação	Quantidade
200155989	Elton Bordine Bittencourt	Assessor Técnico	Gab. Presidência	03
200155955	Cícero Evangelista Moreira	Chefe de Gabinete	Gab. Presidência	05

Porto Velho, 24 de outubro de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
Presidente

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral

ATO Nº 0193/2013-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

R E S O L V E:

Conceder 03 (três) diárias no período de 06 a 08/11/2013, aos servidores relacionados, para deslocarem-se ao município de Cerejeiras – RO, a serviço desta Casa de Leis, conforme Processo nº 001345/2013-91.

Cad.	Nome	Cargo	Lotação
100007626	Carlos Alberto Martins Manvailer	Secretário Legislativo	Secretaria Legislativa
100001371	Maria Iris Dias de L. Diniz	Assessora da Mesa	Assessoria da Mesa
100000505	Manoel Salustiano Ferreira de Melo	Técnico Legislativo	Advocacia Geral
100003765	Manoel Marques de Assunção	Técnico Legislativo	Assessoria da Mesa
200061606	Milson Alves da Guia	Assistente Técnico	Assessoria da Mesa
100010000	Huziel Trajano Diniz	Diretor de Departamento	Departamento Legislativo
100008971	Glaucia Cavalcante da Costa Bento	Chefe de Divisão	Divisão de Taquigrafia
100003244	Joanilce Terceiro dos Santos	Taquigrafo I	Divisão de Taquigrafia
100002410	Neide de Oliveira França	Taquigrafo I	Divisão de Taquigrafia
100005703	Elma de Souza Johnson Avelino	Assist. Téc. Legislativo	Departamento Legislativo
100004622	Maria Aparecida Sgarione	Taquigrafo I	Divisão de Taquigrafia

Porto Velho, 24 de outubro de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
Presidente

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral

ATO Nº0191/2013-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,,

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias, no período de 28/10 a 01/11/2013 aos servidores relacionados, para deslocarem-se a Brasília - DF a serviço desta Casa de Leis, conforme Processo nº 001339/2013-73.

Cad.	Nome	Cargo	Lotação
200156170	Roberto Jorge Ferreira	Diretor Departamento	Depart. de Informática
200155932	Antonilson da Silva Moura	Chefe de Divisão	Depart. de Informática

Porto Velho, 23 de outubro de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
Presidente

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral

ATO Nº0200/2013-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 06 (seis) diárias nos período de 30/10 a 04/11/2013 aos servidores relacionados para deslocarem – se a Manaus - AM, a serviço desta Casa Legislativa, conforme Processo nº. 001359/2013-32.

Cad.	Nome	Cargo	Lotação
200155910	Alberto Jorge Valle	Assessor Técnico	Polícia Legislativa
200155949	Carlos Alberto Holanda Junior	Assistente Técnico	Polícia Legislativa
200155969	Débora Santiago Sanchez	Assistente Técnico	Polícia Legislativa

Porto velho, 29 de outubro de 2013.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
Presidente

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral